

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.123.371 - RS (2009/0027380-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
R.P/ACÓRDÃO : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO
ADVOGADO : OLGÍ ZAUZA KREJCI E OUTRO(S) - RS030626

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR TEMPORÁRIO E SEM ESTABILIDADE ASSEGURADA. INCAPACIDADE APENAS PARA AS ATIVIDADES MILITARES E SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR. AUSÊNCIA DE INVALIDEZ. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À REFORMA *EX OFFICIO*. CABIMENTO DA DESINCORPORAÇÃO. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

1. Cinge-se a controvérsia em debate acerca da necessidade ou não do militar temporário acometido de moléstia incapacitante apenas o serviço militar de comprovar a existência do nexo de causalidade entre a moléstia/doença e o serviço castrense a fim de fazer jus à reforma *ex officio*.

2. O **militar temporário** é aquele que permanece na ativa por prazo determinado e enquanto for da conveniência do Administrador, destinando-se a completar as Armas e Quadros de Oficiais e as diversas Qualificações Militares de Praças, nos moldes do art. 3º, II, da Lei 6.391/1976, de sorte que, o término do tempo de serviço implica no seu **licenciamento** quando, a critério da Administração, não houver conveniência na permanência daquele servidor nos quadros das Forças Armadas (*ex vi* do art. 121, II e § 3º, da Lei 6.880/1980), a evidenciar um ato discricionário da Administração Militar, que, contudo, encontra-se adstrito a determinados limites, entre eles a existência de higidez física do militar a ser desligado, não sendo cabível o término do vínculo, por iniciativa da Administração, quando o militar se encontrar incapacitado para o exercício das atividades relacionadas ao serviço militar, hipótese em que deve ser mantido nas fileiras castrenses até sua recuperação ou, não sendo possível, eventual reforma.

3. No caso do militar temporário contar com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço e preencher os demais requisitos legais autorizadores, ele adquirirá a **estabilidade** no serviço militar (art. 50, IV, "a", da Lei 6.880/1980), não podendo ser livremente licenciado *ex officio*. No entanto, **antes de alcançada a estabilidade**, o militar não estável poderá ser licenciado *ex officio*, sem direito a qualquer remuneração posterior.

4. A **reforma** e o **licenciamento** são duas formas de exclusão do serviço ativo das Forças Armadas que constam do art. 94 da Lei 6.880/1980, podendo ambos ocorrer a pedido ou *ex officio* (arts. 104 e 121 da Lei 6.880/1980). O **licenciamento *ex officio*** é ato que se inclui no âmbito do poder discricionário da Administração Militar e pode ocorrer por conclusão de tempo de serviço, por conveniência do serviço ou a bem da disciplina, nos termos do art. 121, § 3º, da Lei 6.880/1980. A **reforma**, por sua vez, será concedida *ex officio* se o militar alcançar a idade prevista em lei ou se enquadrar em uma daquelas hipóteses consignadas no art. 106 da Lei 6.880/1980, entre as quais, **for julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das Forças Armadas** (inciso II), entre as seguintes causas possíveis previstas nos

incisos do art. 108 da Lei 6.880/1980 ("I - ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública; II - enfermidade contraída em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade cuja causa eficiente decorra de uma dessas situações; III - acidente em serviço; IV - **doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, COM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO A CONDIÇÕES INERENTES AO SERVIÇO**; V - tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, pênfigo, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave e outras moléstias que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada; e VI - **acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO**").

5. Desse modo, a **incapacidade definitiva para o serviço militar** pode sobrevir, entre outras causas, de **doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço**, conforme inciso IV do art. 108 da Lei 6.880/1980. Outrossim, quando o acidente ou doença, moléstia ou enfermidade **não tiver relação de causa e efeito com o serviço** (art. 108, IV, da Lei 6.880/1980), a Lei faz distinção entre o militar com **estabilidade assegurada e o militar temporário, sem estabilidade**.

6. Portanto, os **militares com estabilidade assegurada** terão direito à reforma *ex officio* ainda que o resultado do acidente ou moléstia seja meramente **incapacitante**. Já os **militares temporários e sem estabilidade**, apenas se forem considerados **INVÁLIDOS** tanto para o serviço do Exército como para as demais atividades laborativas civis.

7. Assim, a legislação de regência faz distinção entre **incapacidade definitiva para o serviço ativo do Exército** (conceito que não abrange incapacidade para todas as demais atividades laborais civis) e **invalidéz** (conceito que abrange a incapacidade para o serviço ativo do Exército e para todas as demais atividades laborais civis). É o que se extrai da interpretação conjunta dos arts. 108, VI, 109, 110 e 111, I e II, da Lei 6.880/1980.

8. A reforma do **militar temporário não estável** é devida nos casos de incapacidade adquirida em função dos motivos constantes dos incisos I a V do art. 108 da Lei 6.880/1980, que o incapacite **apenas** para o serviço militar e **independentemente da comprovação do nexo de causalidade com o serviço militar**, bem como quando a incapacidade decorre de acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, **sem relação de causa e efeito com o serviço militar, que impossibilite o militar, total e permanentemente, de exercer qualquer trabalho (invalidéz total)**.

9. Precedentes: AgRg no AREsp 833.930/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 08/03/2016; AgRg no REsp 1331404/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 14/09/2015; AgRg no REsp 1.384.817/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2014, DJe 14/10/2014; AgRg no AREsp 608.427/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 25/11/2014; AgRg no Ag 1300497/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/08/2010, DJe 14/09/2010.

10. Haverá nexo de causalidade nos casos de ferimento recebido em campanha ou

Superior Tribunal de Justiça

na manutenção da ordem pública (inc. I do art. 108, da Lei 6.880/1980); b) enfermidade contraída em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade cuja causa eficiente decorra de uma dessas situações (inciso II do art. 108, da Lei 6.880/1980); c) acidente em serviço (inciso III do art. 108, da Lei 6.880/1980), e; d) doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço (inciso IV, do art. 108, da Lei 6.880/1980).

11. Portanto, nos casos em que **não há nexo de causalidade entre a moléstia sofrida e a prestação do serviço militar e o militar temporário não estável é considerado incapaz somente para as atividades próprias do Exército, é cabível a desincorporação**, nos termos do art. 94 da Lei 6.880/1980 c/c o art. 31 da Lei de Serviço Militar e o art. 140 do seu Regulamento – Decreto n.º 57.654/1966.

12. Embargos de Divergência providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da CORTE ESPECIAL do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Herman Benjamin acompanhando a divergência e os votos do Sr. Ministro Jorge Mussi e da Sra. Ministra Laurita Vaz acompanhando o voto do Sr. Ministro Relator, a Corte Especial, por maioria, conheceu dos embargos de divergência e deu-lhes provimento."

Lavrará o acórdão o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques. Votaram com o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Felix Fischer e Herman Benjamin. Vencidos os Srs. Ministros Relator, Laurita Vaz, Maria Thereza de Assis Moura e Jorge Mussi.

Não participaram do julgamento o Sr. Ministro João Otávio de Noronha e a Sra. Ministra Nancy Andrighi.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Felix Fischer, Humberto Martins, Napoleão Nunes Maia Filho e Raul Araújo.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2018.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, Relator

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Presidente

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

PROCESSO ELETRÔNICO

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 16/12/2015

JULGADO: 16/12/2015

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro FRANCISCO FALCÃO

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

Secretária

Bela. VANIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCI E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

SUSTENTAÇÃO ORAL

Presentes os Drs. Niomar de Sousa Nogueira e Olgi Zauza Krejci.

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado por indicação do Sr. Ministro Presidente.

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.123.371 - RS (2009/0027380-0)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO OG FERNANDES: Trata-se de embargos de divergência interpostos contra acórdão em que se discute a possibilidade de concessão de reforma a militar temporário, incapacitado somente para as atividades castrenses, em razão de doença/acidente sem relação de causa e efeito com a atividade militar.

O acórdão recorrido, oriundo da Quinta Turma, reconheceu o direito à reforma/reintegração ao militar, ainda que temporário, uma vez demonstrada a sua incapacidade, somente, para o serviço castrense, independente da demonstração do nexo de causalidade entre a moléstia sofrida e a prestação do serviço militar. Por outro lado, os acórdãos apontados como paradigmas, oriundos da Segunda Turma, entenderam que, em se tratando de incapacidade definitiva somente para o serviço militar em consequência de doença/acidente sem relação de causa e efeito com essa atividade, no caso do militar temporário, a reforma dar-se-á apenas se impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho (art. 111, II, da Lei n. 6.880/1980). Trago a lume os arestos acima mencionados:

ACÓRDÃO RECORRIDO:

AGRAVOS REGIMENTAIS NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR. MOLÉSTIA GRAVE. TOXOPLASMOSE E LESÃO SEVERA MONOCULAR. INCAPACIDADE PARA AS ATIVIDADES CASTRENSES. REFORMA *EX OFFICIO* NO MESMO GRAU QUE OCUPAVA NA ATIVA. JUROS DE MORA. FIXAÇÃO DE PERCENTUAL. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/1997. INCIDÊNCIA IMEDIATA. AÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001. IRRELEVÂNCIA. SUPERVENIÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.960/2009.

Em agravo regimental anteriormente interposto contra decisão que deu provimento parcial a recurso especial, mediante juízo de reconsideração, concluiu-se que a reforma deve se dar no mesmo grau hierárquico que o militar ocupava na ativa.

Ademais, aplicou-se o entendimento fixado no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.205.946/SP, de que o art. 1º-F da Lei 9.494/97, modificada pela Medida Provisória 2.180-35/2001 e, posteriormente pelo art. 5º da Lei nº 11.960/09, tem natureza instrumental, devendo ser

aplicado aos processos em tramitação.

Decisão reconsiderada que deve ser mantida, por estar de acordo com jurisprudencial atual.

Agravos regimentais a que se nega provimento.

ACÓRDÃOS PARADIGMAS:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA QUANTO AO FUNDAMENTO DO RECURSO ESPECIAL DE QUE O MILITAR TEMPORÁRIO NÃO FAZ JUS À REFORMA NO CASO DE DOENÇA SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR E INCAPACIDADE DEFINITIVA APENAS EM RELAÇÃO À ATIVIDADE CASTRENSE. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL NO PONTO.

1. Com razão a União quanto à omissão apontada, uma vez que houve exame do recurso especial quanto ao tema da possibilidade de reintegração como adido para fins de tratamento médico, mas não em relação ao fundamento principal, segundo o qual o autor não fará jus à reforma no caso de incapacidade definitiva.

2. Merece reparos o acórdão regional quanto ao fundamento de que o autor deve ser reformado se verificada a impossibilidade de cura, uma vez que não há controvérsias de que a doença ("Episódio depressivo moderado") não tem relação de causa e efeito com o serviço militar; a incapacidade está limitada ao serviço castrense; e o autor não era oficial ou praça com estabilidade assegurada ao tempo do licenciamento, nos termos dos arts. 108, VI, e 111, I, da Lei 6.880/80. No mesmo sentido já decidiu a Segunda Turma em caso análogo (REsp 1.328.915/RS, de minha relatoria, DJe 10/04/2013).

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes.

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. MILITAR. TEMPORÁRIO. ACIDENTE OCORRIDO DURANTE PARTIDA DE FUTEBOL REALIZADA EM INSTALAÇÕES DO EXÉRCITO. FATO SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À REFORMA POR INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA O SERVIÇO MILITAR.

1. O Tribunal de origem reformou a sentença de improcedência do pedido por entender que a lesão sofrida pelo autor durante partida de futebol realizada em instalações do Exército o torna definitivamente incapaz para o serviço ativo das Forças Armadas, apesar de sua condição de militar temporário; daí o reconhecimento do direito à reforma, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico que ocupava na ativa.

2. Todavia, é incontroverso nos autos que se trata de incapacidade definitiva somente para o serviço militar em consequência de acidente sem relação de causa e efeito com essa atividade, nos termos do art. 108, VI, da Lei 6.880/80; e, por outro lado, conforme o inciso I do art. 111 do Estatuto dos Militares, "O militar da ativa julgado incapaz

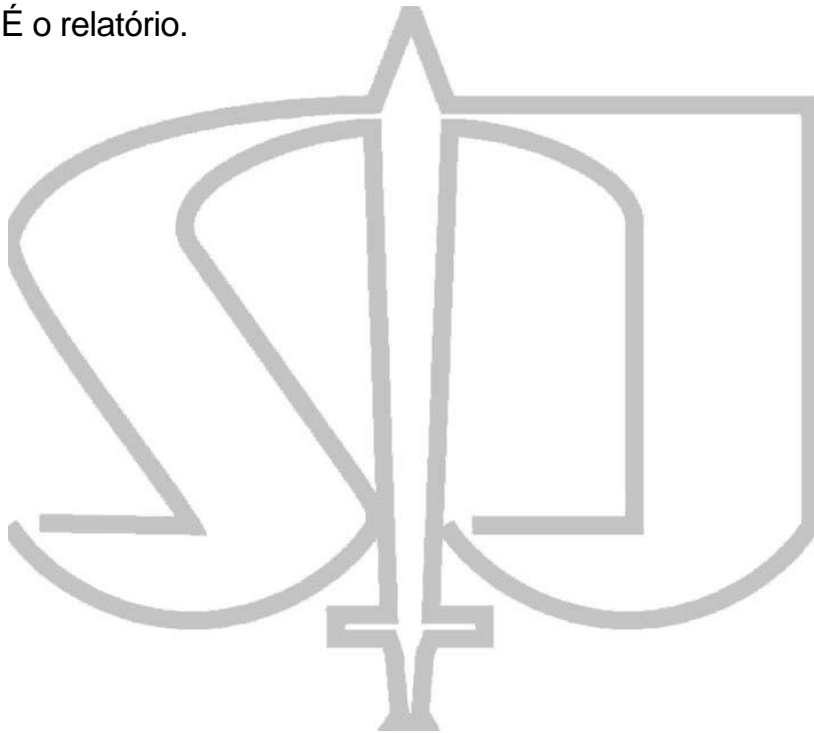
Superior Tribunal de Justiça

definitivamente por um dos motivos constantes do item VI do artigo 108 será reformado (...) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, se oficial ou praça com estabilidade assegurada ", o que não é o caso do militar temporário - o qual é reformado apenas se impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho (art. 111, II, da Lei 6.880).

3. Recurso especial provido.

Em decisão, reconheci a divergência e determinei o processamento do recurso, com intimação da parte recorrida para contrarrazões (e-STJ, fls. 433/435) e notificação do Ministério Público Federal para parecer (e-STJ, fls. 441/446).

É o relatório.



EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.123.371 - RS (2009/0027380-0)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO OG FERNANDES (Relator): Admitidos os embargos, passo à análise da divergência apontada.

Trata-se de embargos de divergência em que a embargante suscita dissídio jurisprudencial entre a Quinta e Segunda Turmas. No presente caso, foram interpostos, inicialmente, agravos regimentais contra decisão que, mediante juízo de reconsideração em agravo regimental, deu parcial provimento a recurso especial em maior extensão para reconhecer que o militar acometido de moléstia que causa incapacidade definitiva fará jus à reforma *ex officio* se o acidente ou a doença surgir durante o serviço castrense, sendo irrelevante o fato de ele ser temporário ou integrante da carreira ou, ainda, de aferir a existência ou não do nexo de causalidade.

Em seguida, foram opostos, pela União, embargos de divergência, sob o fundamento de que o entendimento adotado no acórdão embargado teria divergido da orientação adotada pela Segunda Turma desta Colenda Corte Superior.

Da análise do tema em discussão, entendo que os embargos de divergência não merecem provimento.

A jurisprudência desta Corte Especial sedimentou-se no sentido de que o militar temporário ou de carreira que, por motivo de doença ou acidente em serviço, se tornou definitivamente incapacitado para o serviço ativo das Forças Armadas faz jus à reforma, sendo desnecessária a existência do nexo causal entre a moléstia e o serviço castrense. Trago à baila:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. DOENÇA GRAVE. INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA O SERVIÇO CASTRENSE, MAS NÃO PARA O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES LABORAIS CIVIS. FATO SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR. REFORMA *EX OFFICIO*. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. "É firme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que o militar temporário ou de carreira que, por motivo de doença ou acidente em serviço, tornou-se definitivamente incapacitado para o serviço ativo das Forças Armadas faz jus à reforma, sendo desnecessária a existência do

Superior Tribunal de Justiça

nexo causal entre a moléstia e o serviço castrense." (AgRg no AREsp 440.995/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe de 17/02/2014.)

2. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EREsp 1.095.870/RJ, Rel. Min. LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/11/2015, DJe 16/12/2015)

Ante o exposto, nego provimento aos embargos de divergência.

É como voto.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

PROCESSO ELETRÔNICO

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 16/12/2015

JULGADO: 03/02/2016

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro FRANCISCO FALCÃO

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

Secretária

Bela. VÂNIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCI E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Após o voto do Sr. Ministro Relator conhecendo dos embargos de divergência e negando-lhes provimento, pediu vista antecipada o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques.

Aguardam os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Felix Fischer, Laurita Vaz, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho e Jorge Mussi.

Ausentes, justificadamente, a Sra. Ministra Nancy Andrichi e o Sr. Ministro João Otávio de Noronha.

Superior Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.123.371 - RS (2009/0027380-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO
ADVOGADO : OLGÍ ZAUZA KREJCI E OUTRO(S) - RS030626

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator):

Trata-se de Embargos de Divergência opostos pela UNIÃO, com fulcro no art. 546, I, do CPC/1973, contra o acórdão de fls. 364/373 (e-STJ), publicado na vigência do CPC/1973, oriundo da 5ª Turma do STJ e da relatoria do Desembargador convocado do TJ/PE, Leopoldo de Arruda Raposo. No acórdão, negou-se provimento aos agravos regimentais interpostos pela embargante e pelo ora embargado, mantendo a decisão de fls. 316/322 (e-STJ), que deu parcial provimento ao recurso especial manejado pela embargante no sentido de que

o militar acometido de moléstia que cause incapacidade definitiva (como toxoplasmose seguida de lesão grave no olho, comprometedora da visão, ainda que monocular), fará jus à reforma ex officio se o acidente ou a doença surgir durante o serviço castrense, sendo irrelevante perquirir se ele era temporário ou integrante da carreira, ou ainda, aferir o nexo de causalidade. Na espécie, a Corte de origem, com base nos fatos incontroversos dos autos, chegou à conclusão de que o demandante estava, de fato, incapacitado para as atividades militares, mas não para os de natureza civil. Logo, a reforma deve se dar no mesmo grau hierárquico que ocupava na ativa, a teor do art. 106, II, c/c o art. 108, VI, ambos da Lei nº 6.880/80.

Eis a ementa do acórdão embargado:

AGRAVOS REGIMENTAIS NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR. MOLÉSTIA GRAVE. TOXOPLASMOSE E LESÃO SEVERA MONOCULAR. INCAPACIDADE PARA AS ATIVIDADES CASTRENSES. REFORMA EX OFFICIO NO MESMO GRAU QUE OCUPAVA NA ATIVA. JUROS DE MORA. FIXAÇÃO DE PERCENTUAL. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/1997. INCIDÊNCIA IMEDIATA. AÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001. IRRELEVÂNCIA. SUPERVENIÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.960/2009. Em agravo regimental anteriormente interposto contra decisão que deu provimento parcial a recurso especial, mediante juízo de reconsideração, concluiu-se que a reforma deve se dar no mesmo grau hierárquico que o militar ocupava na ativa. Ademais, aplicou-se o entendimento fixado no julgamento do Recurso Especial Repetitivo no 1.205.946/SP, de que o art. 1º-F, da Lei 9.494/97, modificada pela Medida Provisória 2.180-35/2001 e, posteriormente pelo art. 5º da Lei nº 11.960/09, tem natureza instrumental, devendo ser aplicado aos processos em tramitação. Decisão reconsiderada que deve ser mantida, por estar de acordo com jurisprudencial atual. 3. Agravos regimentais a que se negam provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Alega a embargante que o acórdão embargado, ao decidir que o militar temporário incapacitado apenas para o serviço militar faz jus à reforma/reintegração independentemente da demonstração do nexo de causalidade entre a moléstia/acidente e o serviço militar, diverge do entendimento firmado pela 2ª Turma do STJ no REsp 1.328.915/RS e no Edcl no AgRg no REsp 1.420.113/RS, ambos da minha relatoria, nos quais ficou assentado que o direito do militar temporário incapacitado apenas para o serviço castrense à reforma *ex officio* **exigiria a comprovação do nexo de causalidade** entre a moléstia/acidente e o serviço militar.

Sustenta a embargante que

o ponto nodal da demanda versa sobre a possibilidade de concessão de reforma a militar temporário, incapacitado somente para as atividades castrenses, em razão de doença/acidente sem relação de causa e efeito com a atividade militar. O acórdão proferido pela Eg. Quinta Turma, ora embargado, houve por bem reconhecer o direito à reforma/reintegração ao militar, ainda que temporário, uma vez demonstrada a sua incapacidade, somente, para o serviço castrense, independente da demonstração do nexo de causalidade entre a moléstia sofrida e a prestação do serviço militar. Por outro lado, a Eg. Segunda Turma firmou entendimento, em diversos julgados, no sentido que, se tratando de incapacidade definitiva somente para o serviço militar em consequência de doença/acidente sem relação de causa e efeito com essa atividade, no caso do militar temporário, a reforma dar-se-á apenas se impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho (art. 111, II, da Lei 6.880). Concluiu a Eg. Segunda Turma que, para que seja cabível a reforma de militar temporário incapacitado somente para as atividades militares, o fato incapacitante (doença/acidente) deverá ter relação de causa e efeito com essas atividades. [...] Entendeu a Eg. Segunda Turma, no julgamento do REsp 1.328.915/RS, que o militar temporário com incapacidade parcial (somente para o serviço militar) somente faz jus à reforma se a incapacidade decorrer de circunstâncias inerentes ao exercício da função. [...] No caso dos autos, contrariamente, a Eg. Quinta Turma decidiu que a reforma do militar temporário, incapacitado apenas para as atividades castrenses, prescinde da comprovação do nexo de causa e efeito entre a doença incapacitante e as atividades castrenses. [...] No caso dos autos, o acórdão embargado não leva em conta os termos do art. 111 do Estatuto dos Militares que faz distinção entre o militar estável e o temporário e dispõe em seu inciso II do art. 111 da Lei 6.880/80 que o militar temporário, somente pode ser reformado se impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho. Reitere-se que o militar temporário não foi considerado inválido totalmente para qualquer atividade, não tendo a doença causa e efeito com o serviço militar, é incabível, portanto, a concessão da reforma, nos termos do Estatuto Militar.

Pugna pelo reconhecimento da divergência atual entre os julgados confrontados, indicando similitude fática entre os casos em exame, e no mérito, para que sejam acolhidos os embargos "a fim de que prevaleça o entendimento adotado pela eg. Segunda Turma dessa c. Corte Superior, nos termos acima expostos," fl. 402 (e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

Presentes os requisitos de admissibilidade, o Eminentíssimo Ministro Relator deferiu o processamento dos embargos, na forma do art. 226, § 1º, do RISTJ, nos termos do *decisum* de fl. 428 (e-STJ).

O embargado ofereceu contrarrazões aos embargos de divergência às fls. 433/435 (e-STJ), pugnando pelo seu improvimento.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento dos embargos, nos termos do parecer acostado às fls. 441/446 (e-STJ), assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. Militar Temporário. Moléstia Grave. Incapacidade para as atividades castrenses. Reforma. Agravos regimentais interpostos contra decisão que, mediante juízo de reconsideração em sede de agravo regimental, deu parcial provimento a recurso especial em maior extensão para reconhecer que o militar acometido de moléstia que causa incapacidade definitiva fará jus à reforma ex officio se o acidente ou a doença surgir durante o serviço castrense, sendo irrelevante o fato de ele ser temporário ou integrante da carreira ou, ainda, de aferir a existência ou não do nexo de causalidade. Embargos de Divergência opostos sob o fundamento de que o entendimento adotado no Acórdão embargado teria divergido da orientação adotada pela Segunda Turma do STJ. Jurisprudência majoritária do STJ no sentido de que a concessão da reforma ao militar, ainda que temporário, quando ficar demonstrada a sua incapacidade para o serviço castrense, prescinde da demonstração do nexo de causalidade entre a moléstia sofrida e a prestação do serviço. Precedentes. Embargos de divergência que devem ser rejeitados.

Na sessão do dia 3 de fevereiro de 2016, o eminente Ministro Relator, Og Fernandes, proferiu voto no sentido de negar provimento aos embargos de divergência, ao entendimento de que "a jurisprudência desta Colenda Corte Especial se sedimentou no sentido de que o militar temporário ou de carreira que, por motivo de doença ou acidente em serviço, tornou-se definitivamente incapacitado para o serviço ativo das Forças Armadas faz jus à reforma, sendo desnecessária a existência do nexo causal entre a moléstia e o serviço castrense".

Diante da relevância do tema em debate, pedi vista antecipada para melhor exame.

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.123.371 - RS (2009/0027380-0)
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR TEMPORÁRIO E SEM ESTABILIDADE ASSEGURADA. INCAPACIDADE APENAS PARA AS ATIVIDADES MILITARES E SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR. AUSÊNCIA DE INVALIDEZ. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À REFORMA *EX OFFICIO*. CABIMENTO DA DESINCORPORAÇÃO. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

1. Cinge-se a controvérsia em debate acerca da necessidade ou não do militar temporário acometido de moléstia incapacitante apenas o serviço militar de comprovar a existência do nexo de causalidade entre a moléstia/doença e o serviço castrense a fim de fazer jus à reforma *ex officio*.

2. O militar temporário é aquele que permanece na ativa por prazo determinado e enquanto for da conveniência do Administrador, destinando-se a completar as Armas e Quadros de Oficiais e as diversas Qualificações Militares de Praças, nos moldes do art. 3º, II, da Lei 6.391/1976, de sorte que, o término do tempo de serviço implica no seu licenciamento quando, a critério da Administração, não houver conveniência na permanência daquele servidor nos quadros das Forças Armadas (*ex vi* do art. 121, II e § 3º, da Lei 6.880/1980), a evidenciar um ato discricionário da Administração Militar, que, contudo, encontra-se adstrito a determinados limites, entre eles a existência de higidez física do militar a ser desligado, não sendo cabível o término do vínculo, por iniciativa da Administração, quando o militar se encontrar incapacitado para o exercício das atividades relacionadas ao serviço militar, hipótese em que deve ser mantido nas fileiras castrenses até sua recuperação ou, não sendo possível, eventual reforma.

3. No caso do militar temporário contar com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço e preencher os demais requisitos legais autorizadores, ele adquirirá a estabilidade no serviço militar (art. 50, IV, "a", da Lei 6.880/1980), não podendo ser livremente licenciado *ex officio*. No entanto, antes de alcançada a estabilidade, o militar não estável poderá ser licenciado *ex officio*, sem direito a qualquer remuneração posterior.

4. A reforma e o licenciamento são duas formas de exclusão do serviço ativo das Forças Armadas que constam do art. 94 da Lei 6.880/1980, podendo ambos ocorrer a pedido ou *ex officio* (arts. 104 e 121 da Lei 6.880/1980). O licenciamento *ex officio* é ato que se inclui no âmbito do poder discricionário da Administração Militar e pode ocorrer por conclusão de tempo de serviço, por conveniência do serviço ou a bem da disciplina, nos termos do art. 121, § 3º, da Lei 6.880/1980. A reforma, por sua vez, será concedida *ex officio* se o militar alcançar a idade prevista em lei ou se enquadrar em uma daquelas hipóteses consignadas no art. 106 da Lei 6.880/1980, entre as quais, for julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das Forças Armadas (inciso II), entre as seguintes causas possíveis previstas nos incisos do art. 108 da Lei 6.880/1980 ("I - ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública; II - enfermidade contraída em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade cuja causa eficiente decorra de uma dessas situações; III - acidente em serviço; IV - doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, COM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO A CONDIÇÕES

INERENTES AO SERVIÇO; V - tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, pênfigo, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave e outras moléstias que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada; e VI - acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO").

5. Desse modo, a incapacidade definitiva para o serviço militar pode sobrevir, entre outras causas, de doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço, conforme inciso IV do art. 108 da Lei 6.880/1980. Outrossim, quando o acidente ou doença, moléstia ou enfermidade não tiver relação de causa e efeito com o serviço (art. 108, IV, da Lei 6.880/1980), a Lei faz distinção entre o militar com estabilidade assegurada e o militar temporário, sem estabilidade.

6. Portanto, os militares com estabilidade assegurada terão direito à reforma ex officio ainda que o resultado do acidente ou moléstia seja meramente incapacitante. Já os militares temporários e sem estabilidade, apenas se forem considerados INVÁLIDOS tanto para o serviço do Exército como para as demais atividades laborativas civis.

7. Assim, a legislação de regência faz distinção entre incapacidade definitiva para o serviço ativo do Exército (conceito que não abrange incapacidade para todas as demais atividades laborais civis) e invalidez (conceito que abrange a incapacidade para o serviço ativo do Exército e para todas as demais atividades laborais civis). É o que se extrai da interpretação conjunta dos arts. 108, VI, 109, 110 e 111, I e II, da Lei 6.880/1980.

8. A reforma do militar temporário não estável é devida nos casos de incapacidade adquirida em função dos motivos constantes dos incisos I a V do art. 108 da Lei 6.880/1980, que o incapacite apenas para o serviço militar e independentemente da comprovação do nexo de causalidade com o serviço militar, bem como quando a incapacidade decorre de acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço militar, que impossibilite o militar, total e permanentemente, de exercer qualquer trabalho (invalidez total).

9. Precedentes: AgRg no AREsp 833.930/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 08/03/2016; AgRg no REsp 1331404/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 14/09/2015; AgRg no REsp 1.384.817/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2014, DJe 14/10/2014; AgRg no AREsp 608.427/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 25/11/2014; AgRg no Ag 1300497/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/08/2010, DJe 14/09/2010.

10. Haverá nexo de causalidade nos casos de ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública (inc. I do art. 108 da Lei n. 6.880/1980); b) enfermidade contraída em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade cuja causa eficiente decorra de uma dessas situações (inciso II do art. 108, da Lei 6.880/1980); c) acidente em serviço (inciso III do art. 108, da Lei 6.880/1980), e; d) doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço (inciso IV, do art. 108, da Lei 6.880/1980).

11. Portanto, nos casos em que não há nexo de causalidade entre a moléstia sofrida

Superior Tribunal de Justiça

e a prestação do serviço militar e o militar temporário não estável é considerado incapaz somente para as atividades próprias do Exército, é cabível a desincorporação, nos termos do art. 94 da Lei 6.880/1980 c/c o art. 31 da Lei de Serviço Militar e o art. 140 do seu Regulamento – Decreto n.º 57.654/1966.

12. Embargos de divergência providos.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator):

Inicialmente, observo que o dissídio jurisprudencial interno está comprovado, haja vista a existência de similitude fática entre os julgados confrontados, divergindo, contudo, quanto à questão jurídica.

Cinge-se a controvérsia sobre a necessidade ou não de o militar temporário, acometido de moléstia incapacitante apenas o serviço militar, comprovar a existência do nexo de causalidade entre a moléstia/doença e o serviço castrense a fim de fazer jus à reforma *ex officio*.

Pois bem.

O **militar temporário** é aquele que permanece na ativa por prazo determinado e enquanto for da conveniência do Administrador, destinando-se a completar as Armas e Quadros de Oficiais e as diversas Qualificações Militares de Praças, nos moldes do art. 3º da Lei n. 6.391/1976, que dispõe sobre o Pessoal do Ministério do Exército e dá outras providências, nos seguintes termos:

Art. 3º O Pessoal Militar da Ativa pode ser de Carreira ou Temporário.

I - O Militar de Carreira e aquele que, no desempenho voluntário e permanente do serviço militar, tem vitaliciedade assegurada ou presumida.

II - O Militar Temporário é aquele que presta o serviço militar por prazo determinado e destina-se a completar as Armas e os Quadros de Oficiais e as diversas Qualificações Militares de praças, conforme for regulamentado pelo Poder Executivo.

Tratando-se de militar temporário, o término do tempo de serviço implica seu **licenciamento** quando, a critério da Administração, não houver conveniência na permanência daquele servidor nos quadros das Forças Armadas, nos termos do art. 121, II e § 3º, da Lei n. 6.880/1980, a evidenciar um ato discricionário da Administração Militar.

Superior Tribunal de Justiça

Contudo, o exercício desse poder discricionário está adstrito a determinados limites, um dos quais, necessariamente, se refere à higidez física do militar a ser desligado.

Por conta disso, não é cabível o término do vínculo, por iniciativa da Administração, quando o militar se encontrar incapacitado para o exercício das atividades relacionadas ao serviço militar, hipótese em que deve ser mantido nas fileiras castrenses até sua recuperação ou, não sendo possível, eventual reforma.

Impende não esquecer que o licenciamento, por sua vez, só tem fundamento quando o militar está apto, e não quando está incapaz, tanto é que todos os conscritos passam por inspeção de saúde para fins de licenciamento, exame que tem a finalidade de averiguar se o militar pode ser dispensado ou se necessita de cuidados médicos.

Contudo, no caso de o militar temporário contar com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço e preencher os demais requisitos legais autorizadores, conforme o Resp n. 1.236.678/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, Rel. p/ Acórdão Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 10/6/2014, DJe 28/10/2014, **ele adquirirá a estabilidade no serviço militar** (art. 50, IV, "a", da Lei n. 6.880/1980), não podendo ser livremente licenciado *ex officio*.

No entanto, antes de alcançada a estabilidade, o militar não estável poderá ser licenciado *ex officio*, sem direito a qualquer remuneração posterior.

A **reforma** e o **licenciamento** são duas formas de exclusão do serviço ativo das Forças Armadas que constam do art. 94 da Lei n. 6.880/1980, podendo ocorrer a pedido ou *ex officio* (arts. 104 e 121 da citada lei):

Art. 94. A exclusão do serviço ativo das Forças Armadas e o conseqüente desligamento da organização a que estiver vinculado o militar decorrem dos seguintes motivos:

I - transferência para a reserva remunerada;

II - **reforma**;

III - demissão;

IV - perda de posto e patente;

V - **licenciamento**;

VI - anulação de incorporação;

VII - desincorporação;

VIII - a bem da disciplina;

IX - deserção;

X - falecimento; e

Superior Tribunal de Justiça

XI - extravio (destaquei).

Conforme já destacado, o licenciamento *ex officio* é ato que se inclui no âmbito do poder discricionário da Administração Militar e pode ocorrer: a) por conclusão de tempo de serviço; b) por conveniência do serviço, e c) a bem da disciplina, nos termos do art. 121, § 3º, da Lei n. 6.880/1980, que assim dispõe:

Art. 121. O licenciamento do serviço ativo se efetua:

I - a pedido; e

II - *ex officio* .

§ 1º O licenciamento a pedido poderá ser concedido, desde que não haja prejuízo para o serviço:

a) ao oficial da reserva convocado, após prestação do serviço ativo durante 6 (seis) meses; e

b) à praça engajada ou reengajada, desde que conte, no mínimo, a metade do tempo de serviço a que se obrigou.

§ 2º A praça com estabilidade assegurada, quando licenciada para fins de matrícula em Estabelecimento de Ensino de Formação ou Preparatório de outra Força Singular ou Auxiliar, caso não conclua o curso onde foi matriculada, poderá ser reincluída na Força de origem, mediante requerimento ao respectivo Ministro.

§ 3º O licenciamento *ex officio* será feito na forma da legislação que trata do serviço militar e dos regulamentos específicos de cada Força Armada:

a) por conclusão de tempo de serviço ou de estágio;

b) por conveniência do serviço; e

c) a bem da disciplina. (destaquei).

A **reforma**, por sua vez, será concedida *ex officio* se o militar alcançar a idade prevista em lei ou se enquadrar em uma daquelas hipóteses consignadas no art. 106 da Lei n. 6.880/1980, entre as quais, quando julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das forças armadas (inciso II):

Art. 106. A reforma *ex officio* será aplicada ao militar que:

I - atingir as seguintes idades-limite de permanência na reserva:

a) para Oficial-General, 68 (sessenta e oito) anos;

b) para Oficial Superior, inclusive membros do Magistério Militar, 64 (sessenta e quatro) anos;

c) para Capitão-Tenente, Capitão e oficial subalterno, 60 (sessenta) anos; e

d) para Praças, 56 (cinquenta e seis) anos.

II - for julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das forças armadas;

III - estiver agregado por mais de 2 (dois) anos por ter sido julgado incapaz, temporariamente, mediante homologação de Junta Superior de Saúde, ainda que se trate de moléstia curável;

IV - for condenado à pena de reforma prevista no Código Penal Militar, por sentença transitada em julgado;

V - sendo oficial, a tiver determinada em julgado do Superior Tribunal Militar, efetuado em consequência de Conselho de Justificação a que foi submetido; e

Superior Tribunal de Justiça

VI - sendo Guarda-Marinha, Aspirante-a-Oficial ou praça com estabilidade assegurada, for para tal indicado, ao Ministro respectivo, em julgamento de Conselho de Disciplina.

Parágrafo único. O militar reformado na forma do item V ou VI só poderá readquirir a situação militar anterior:

- a) no caso do item V, por outra sentença do Superior Tribunal Militar e nas condições nela estabelecidas; e
- b) no caso do item VI, por decisão do Ministro respectivo" (destaquei).

Em referência ao inciso II do art. 106 da Lei n. 6.880/1980, a reforma será concedida *ex officio* se o militar for “julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das Forças Armadas”, entre as seguintes causas possíveis previstas nos incisos do art. 108 da Lei 6.880/1980, que assim dispõe, *verbis*:

Art. 108. **A incapacidade definitiva pode sobrevir em consequência de:**

I - ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública;

II - enfermidade contraída em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade cuja causa eficiente decorra de uma dessas situações;

III - **acidente em serviço;**

IV - **doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço;**

V - tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, pênfigo, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave e outras moléstias que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada; e

VI - **acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço.**

§ 1º Os casos de que tratam os itens I, II, III e IV serão provados por atestado de origem, inquérito sanitário de origem ou ficha de evacuação, sendo os termos do acidente, baixa ao hospital, papeleta de tratamento nas enfermarias e hospitais, e os registros de baixa utilizados como meios subsidiários para esclarecer a situação.

§ 2º Os militares julgados incapazes por um dos motivos constantes do item V deste artigo somente poderão ser reformados após a homologação, por Junta Superior de Saúde, da inspeção de saúde que concluiu pela incapacidade definitiva, obedecida à regulamentação específica de cada Força Singular" (destaquei).

Com efeito, a **incapacidade definitiva para o serviço militar** pode sobrevir, entre outras causas, de **doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço**, conforme inciso IV do art. 108 da Lei n. 6.880/1980.

Outrossim, quando o acidente ou doença, moléstia ou enfermidade **não tiver relação de causa e efeito** com o serviço (art. 108, IV, da Lei 6.880/1980), a lei faz distinção entre o **militar com estabilidade assegurada e o militar temporário**.

Superior Tribunal de Justiça

Os **militares com estabilidade assegurada** terão direito à reforma ainda que o resultado do acidente ou moléstia seja meramente incapacitante. Já os **militares temporários e sem estabilidade**, apenas se forem considerados **inválidos** tanto para o serviço do Exército como para as demais atividades laborativas civis.

Assim, a legislação de regência faz distinção entre **incapacidade definitiva para o serviço ativo do Exército** (conceito que não abrange incapacidade para todas as demais atividades laborais civis) e **invalidéz** (conceito que abrange a incapacidade para o serviço ativo do Exército e para todas as demais atividades laborais civis).

É o que se extrai da interpretação conjunta dos arts. 108, VI, 109, 110 e 111, I e II, da Lei n. 6.880/1980, os quais peço licença para transcrever:

Art. 108. A incapacidade definitiva pode sobrevir em consequência de:

I - ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública;

II - enfermidade contraída em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade cuja causa eficiente decorra de uma dessas situações;

III - acidente em serviço;

IV - doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço;

V - tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, pênfigo, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave e outras moléstias que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada; e

VI - acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço.

§ 1º Os casos de que tratam os itens I, II, III e IV serão provados por atestado de origem, inquérito sanitário de origem ou ficha de evacuação, sendo os termos do acidente, baixa ao hospital, papeleta de tratamento nas enfermarias e hospitais, e os registros de baixa utilizados como meios subsidiários para esclarecer a situação.

§ 2º Os militares julgados incapazes por um dos motivos constantes do item V deste artigo somente poderão ser reformados após a homologação, por Junta Superior de Saúde, da inspeção de saúde que concluiu pela incapacidade definitiva, obedecida à regulamentação específica de cada Força Singular.

Art. 109. O militar da ativa julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos itens I, II, III, IV e V do artigo anterior será reformado com qualquer tempo de serviço.

Art. 110. O militar da ativa ou da reserva remunerada, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos incisos I e II do art. 108, será reformado com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir ou que possuía na ativa, respectivamente.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nos itens III, IV e V do

Superior Tribunal de Justiça

artigo 108, quando, verificada a incapacidade definitiva, for o militar considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

Art. 111. O militar da ativa julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item VI do artigo 108 será reformado:

I - com remuneração proporcional ao tempo de serviço, se oficial ou praça COM ESTABILIDADE ASSEGURADA; e

II - com remuneração calculada com base no soldo integral do posto ou graduação, desde que, com qualquer tempo de serviço, seja considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

Em síntese, a reforma do **militar temporário não estável** é devida nos casos de incapacidade adquirida em função dos motivos constantes dos incisos I a V do art. 108 da Lei 6.880/1980, que o incapacite apenas para o serviço militar e independentemente da comprovação do nexo de causalidade com o serviço militar, bem como quando a incapacidade decorre de acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço militar, que impossibilite o militar, total e permanentemente, de exercer qualquer trabalho (invalidez total). Nesse sentido cito precedente desta Corte Superior:

ADMINISTRATIVO. MILITAR. TEMPORÁRIO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA TODA E QUALQUER ATIVIDADE OU DE NEXO DE CAUSALIDADE COM O SERVIÇO MILITAR. INEXISTÊNCIA DO DIREITO À REFORMA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. PREJUDICIALIDADE.

[...] 2. Ademais, ainda que ultrapassado o conhecimento do recurso, a pretensão do agravante não encontra acolhida nesta Corte, que sedimentou o entendimento no sentido de que o militar temporário somente será reformado nos casos de impossibilidade total e permanente para qualquer trabalho, nos termos do art. 111, II, da Lei n. 6.880/80. Precedentes: REsp 1.328.915/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2013, DJe 10/04/2013; AgRg no REsp 1.510.095/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 14/04/2015; AgRg no AREsp 581.764/MS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 14/11/2014; AgRg no AREsp 504.942/RS, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 16/09/2014. [...]

(AgRg no AREsp 833.930/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 08/03/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. INCAPACIDADE APENAS PARA O SERVIÇO MILITAR. REFORMA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. 1. Em se tratando de militar não estável, para a reforma, ou é exigida a comprovação de causa e efeito da enfermidade ou acidente com a atividade castrense ou se exige a incapacidade para toda e qualquer atividade laboral na vida civil. (AgRg no REsp 1510095/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 14/04/2015) [...] (AgRg no REsp 1331404/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe

14/09/2015)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. INCAPACIDADE PARA O SERVIÇO CASTRENSE. LESÃO OCASIONADA DURANTE A ATIVIDADE MILITAR. NEXO DE CAUSALIDADE EXISTENTE. REFORMA. SÚMULA 83/STJ. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.

1. Com relação à incapacidade do recorrido, o acórdão impugnado encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, que é firme no sentido de que "em se tratando de reforma de militar não estável, a incapacidade para toda e qualquer atividade laboral na vida civil somente é exigida quando não há comprovação de causa e efeito da enfermidade ou do acidente com a atividade castrense. Caso existente aludido nexo de causalidade, defere-se a reforma, bastando a prova da inaptidão para a vida militar".

(AgRg no REsp 1.384.817/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2014, DJe 14/10/2014; AgRg no AREsp 608.427/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 25/11/2014).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 106, 108, 110, 111 DA LEI 6.880/1980. NÃO-OCORRÊNCIA. MILITAR TEMPORÁRIO. AFERIÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O SERVIÇO MILITAR EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE EM SERVIÇO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. É remansoso o entendimento do STJ de que o militar, ainda que temporário, quando demonstrada sua incapacidade para o serviço castrense, faz jus a reforma remunerada, desde que demonstrado o nexo de causalidade entre a moléstia sofrida e a prestação do serviço militar. [...]

(AgRg no Ag 1300497/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/08/2010, DJe 14/09/2010)

Destaque-se que **haverá nexo de causalidade** nos casos de ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública (inc. I do art. 108, da Lei n. 6.880/1980); b) enfermidade contraída em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade cuja causa eficiente decorra de uma dessas situações (inciso II do art. 108, da Lei n. 6.880/1980); c) acidente em serviço (inciso III do art. 108, da Lei n. 6.880/1980), e; d) doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço (inciso IV, do art. 108, da Lei n. 6.880/1980).

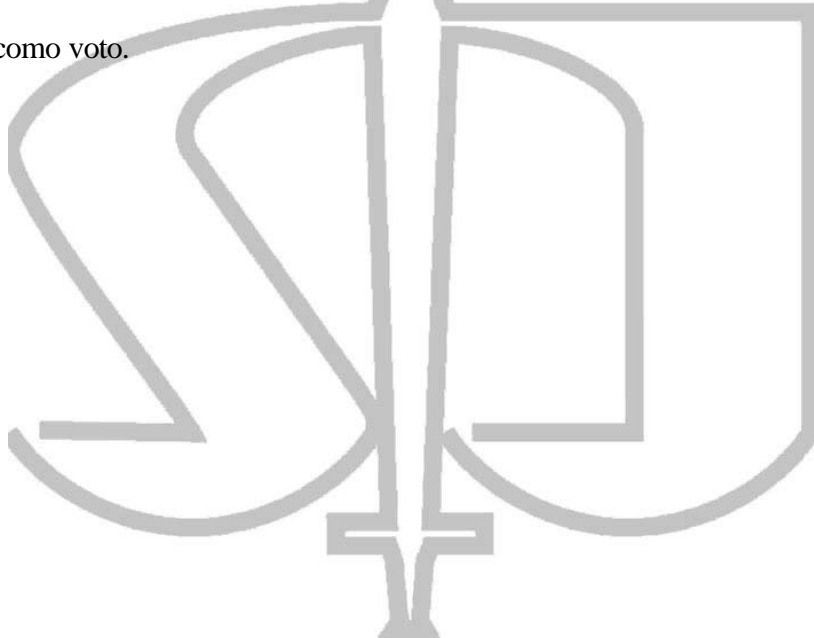
Portanto, nos casos em que não há nexo de causalidade entre a moléstia sofrida e a prestação do serviço militar e o militar temporário não estável é considerado incapaz somente para as atividades próprias do Exército, é cabível a desincorporação, nos termos do art. 94 da Lei n. 6.880/1980 c/c o art. 31 da Lei de Serviço Militar e o art. 140 do seu Regulamento – Decreto n.º 57.654/1966.

Superior Tribunal de Justiça

In casu, conforme consta do acórdão regional, trata-se de militar temporário não estável e a moléstia que o acomete é incapacitante apenas para o serviço militar, existindo a possibilidade do exercício de atividades na vida civil, de modo que o reconhecimento do direito à reforma ex officio exigiria a comprovação do nexo de causalidade entre a doença e o serviço militar, o que não restou evidenciado na espécie, conforme bem pontuou o acórdão regional.

Forte nestas razões e pedindo as máximas vênias ao Eminentíssimo Ministro Relator, DOU PROVIMENTO aos Embargos de Divergência manejados pela União, a fim de que prevaleça o entendimento firmado no acórdão embargado.

É como voto.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

**PROCESSO ELETRÔNICO EREsp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 18/05/2016

JULGADO: 18/05/2016

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro FRANCISCO FALCÃO

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

Secretária

Bela. VÂNIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCI E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Mauro Campbell Marques conhecendo dos embargos de divergência e dando-lhes provimento, no que foi acompanhado pelo Sr. Ministro Luis Felipe Salomão, pediu vista o Sr. Ministro Benedito Gonçalves.

Aguardam os Srs. Ministros Raul Araújo, Felix Fischer, Laurita Vaz, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho e Jorge Mussi.

Não participaram do julgamento a Sra. Ministra Nancy Andrich e o Sr. Ministro João Otávio de Noronha.

Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 03/08/2016

JULGADO: 03/08/2016

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **FRANCISCO FALCÃO**

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. **ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO**

Secretária

Bela. **VANIA MARIA SOARES ROCHA**

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO
ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCI E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado o julgamento.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

PROCESSO ELETRÔNICO

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 03/08/2016

JULGADO: 17/08/2016

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra LAURITA VAZ

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

Secretária

Bela. VANIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCI E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado o julgamento.

Superior Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.123.371 - RS (2009/0027380-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO
ADVOGADO : OLGÍ ZAUZA KREJCI E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. MILITAR TEMPORÁRIO. LESÃO MONOCULAR. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA TODO E QUALQUER TRABALHO. INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INCAPACIDADE E O SERVIÇO CASTRENSE. REFORMA. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. NÃO NECESSIDADE, POIS AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS EXPRESSAMENTE FIRMARAM CONVICÇÃO NO SENTIDO DE QUE A INCAPACIDADE DO AUTOR (MILITAR TEMPORÁRIO SEM ESTABILIDADE) NÃO ACARRETOU PREJUÍZO PARA OUTRAS ATIVIDADES DA VIDA CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS, ACOMPANHANDO, EM PARTE, A DIVERGÊNCIA INAUGURADA PELO MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES.

VOTO-VISTA

O SENHOR MINISTRO BENEDITO GONÇALVES: Trata-se de Embargos de Divergência interpostos pela União contra acórdão da Quinta Turma que manteve inalterado o acórdão do Tribunal de origem ao fundamento de que a concessão de reforma a **militar temporário**, quando estiver demonstrada a incapacidade para o serviço militar, prescinde da demonstração do nexo de causalidade (AgRg no AgRg no REsp n. 1.123.371/RS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (Desembargador convocado do TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 11/5/2015).

Em suas razões, a embargante alega que o acórdão impugnado adotou orientação diversa da preconizada pela Segunda Turma do STJ no sentido de que, **no caso de militar temporário**, em se tratando de incapacidade definitiva somente para o serviço militar em consequência de doença/acidente sem relação de nexo de causalidade com as atividades do serviço castrense, a reforma dar-se-á apenas se impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

Para tanto, a embargante aponta como paradigmas os precedentes assim ementados:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. MILITAR. TEMPORÁRIO. ACIDENTE OCORRIDO DURANTE PARTIDA DE FUTEBOL REALIZADA EM INSTALAÇÕES DO EXÉRCITO. FATO SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À REFORMA POR INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA O SERVIÇO MILITAR.

1. O Tribunal de origem reformou a sentença de improcedência do pedido por entender que a lesão sofrida pelo autor durante partida de futebol realizada em instalações do Exército o torna definitivamente incapaz para o serviço ativo das Forças Armadas, apesar de sua condição de militar temporário; daí o reconhecimento do direito à reforma, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico que ocupava na ativa.

2. Todavia, é incontroverso nos autos que se trata de incapacidade definitiva somente para o serviço militar em consequência de acidente **sem relação de causa e efeito com essa atividade**, nos termos do art. 108, VI, da Lei 6.880/80; e, por outro lado, conforme o inciso I do art. 111 do Estatuto dos Militares, "O militar da ativa julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item VI do artigo 108 será reformado (...) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, se oficial ou praça com estabilidade assegurada", o que não é o caso do militar temporário - o qual é reformado apenas se impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho (art. 111, II, da Lei 6.880).

3. Recurso especial provido. (REsp n. 1.328.915/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 10/4/2013)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA QUANTO AO FUNDAMENTO DO RECURSO ESPECIAL DE QUE O MILITAR TEMPORÁRIO NÃO FAZ JUS À REFORMA NO CASO DE DOENÇA SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR E INCAPACIDADE DEFINITIVA APENAS EM RELAÇÃO À ATIVIDADE CASTRENSE. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL NO PONTO.

2. Merece reparos o acórdão regional quanto ao fundamento de que o autor deve ser reformado se verificada a impossibilidade de cura, uma vez que não há controvérsias de que a doença ("Episódio depressivo moderado") **não tem relação de causa e efeito com o serviço militar; a incapacidade está limitada ao serviço castrense**; e o autor não era oficial ou praça com estabilidade assegurada ao tempo do licenciamento, nos termos dos arts. 108, VI, e 111, I, da Lei 6.880/80. No mesmo sentido já decidiu a Segunda Turma em caso análogo (REsp 1.328.915/RS, de minha relatoria, DJe 10/04/2013).

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes. (EDcl no AgRg no REsp n. 1.420.113/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 26/3/2014)

Nesse contexto, pugna a embargante pela reforma do acórdão recorrido, a fim de que prevaleça o entendimento da Segunda Turma de que o militar temporário com incapacidade parcial (apenas para o serviço militar) somente faz jus à reforma se a incapacidade decorrer de

circunstâncias inerentes ao exercício da função.

O Relator, Ministro Og Fernandes, proferiu voto no sentido de conhecer dos Embargos de Divergência, para lhe negar provimento ao fundamento de que o militar temporário faz jus à reforma, independentemente do nexo de causalidade entre o acidente e as atividades do serviço militar, assim ementando:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. TOXOPLASMOSE E LESÃO SEVERAS MONOCULAR. INCAPACIDADE PARA AS ATIVIDADES CASTRENSES. REFORMA NO CASO DE DOENÇA SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR E INCAPACIDADE DEFINITIVA APENAS EM RELAÇÃO À ATIVIDADE CASTRENSE. PRECEDENTE. CORTE ESPECIAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de Embargos de Divergência interpostos contra acórdão em que se discute a possibilidade de concessão de reforma a militar temporário, incapacitado somente para as atividades castrenses, em razão de doença/acidente sem relação de causa e efeito com a atividade militar.
2. O acórdão recorrido, oriundo da E. Quinta Turma, reconheceu o direito à reforma/reintegração ao militar, ainda que temporário, uma vez demonstrada a sua incapacidade, somente, para o serviço castrense, independentemente da demonstração do nexo de causalidade entre a moléstia sofrida e a prestação do serviço militar.
3. Por outro lado, os acórdãos apontados como paradigmas, oriundos da E. Segunda Turma, entenderam que, em se tratando de incapacidade definitiva somente para o serviço militar em consequência de doença/acidente sem relação de causa e efeito com essa atividade, no caso do militar temporário, a reforma dar-se-á apenas se impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho (art. 111, II, da Lei n. 6.880/80).
4. A jurisprudência desta Corte Especial se sedimentou no sentido de que o militar temporário ou de carreira que, por motivo de doença ou acidente em serviço, tornou-se definitivamente incapacitado para o serviço ativo das Formas Armadas faz jus à reforma, sendo desnecessária a exigência do nexo causal entre a moléstia e o serviço castrense (AgRg nos ERESP n. 1.095.87/RJ, Corte Especial, j. 18/11/2015).
5. Embargos de Divergência a que se nega provimento.

No prosseguindo do julgamento, o Ministro Mauro Campbell Marques, inaugurando a divergência, firma posição no sentido de que o militar temporário para fazer jus à reforma ou deve comprovar o nexo de causalidade entre a enfermidade/acidente e o serviço castrense ou demonstrar estar inválido para todo e qualquer trabalho, interpretando os artigos 104, 106, 109, 110 e 111 da Lei n. 6.880/1980.

Em seu voto, contudo, Sua Excelência reforma o acórdão embargado para determinar o "o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que examine a existência do nexo de

Superior Tribunal de Justiça

causalidade entre a moléstia e o serviço militar, como pressuposto para a concessão do direito à reforma *ex officio*." (**dispositivo do voto divergente**)

Verifica-se assim que o cerne da controvérsia consiste em saber se o **militar temporário** faz jus à reforma, em consequência de doença/acidente que o incapacite somente para o serviço ativo das Forças Armadas, sem a necessidade da comprovação do nexo causal entre a moléstia/acidente e o serviço castrense.

Pedi vista dos autos ante a relevância da matéria.

É o suscito relatório.

Passo ao meu voto.

No mesmo sentido dos Ministros que me antecederam, entendo que os requisitos de admissibilidade dos embargos de divergência foram preenchidos.

Pontuo inicialmente que é a primeira vez que a CORTE ESPECIAL efetivamente julga a questão, não obstante tenham sido mantidas decisões unipessoais dos relatores nos autos do AgRg nos Embargos de Divergência n. 1.095.870/RJ, Relatora Ministra Laurita Vaz, e do AgRg nos Embargos de Divergência n. 1.120.795/RS, Relator Ministro Herman Benjamin, no sentido da desnecessidade da comprovação do nexo causal entre o serviço militar e a enfermidade/acidente para a concessão de reforma a militar temporário.

Realmente, tenho que a questão de fundo é relevante, visto que o impacto sobre a sociedade como um todo tem grande repercussão, especialmente se considerarmos a quantidade de militares temporários que ingressam nas Forças Armadas todos os anos.

A Lei n. 6.880/1980, ao tratar da possibilidade de reforma dos militares das Forças Armadas, estabelece que:

SEÇÃO III

Da reforma

Superior Tribunal de Justiça

Art. 104. A passagem do militar à situação de inatividade, mediante reforma, se efetua:

I - a pedido; e

II - *ex officio*.

[...]

Art. 106. A reforma *ex officio* será aplicada ao militar que:

[...]

II - for julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das Forças Armadas;

[...]

Art. 108. A incapacidade definitiva pode sobrevir em consequência de:

I - **ferimento** recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública;

II - **enfermidade** contraída em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade cuja causa eficiente decorra de uma dessas situações;

III - **Acidente em serviço;**

IV - **doença**, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, **com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço;**

V - **tuberculose ativa**, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, pênfigo, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave e outras moléstias que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada; e

VI - **acidente ou doença**, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço.

§ 1º Os casos de que tratam os itens **I, II, III e IV** serão **provados** por atestado de origem, inquérito sanitário de origem ou ficha de evacuação, sendo os termos do acidente, baixa ao hospital, papeleta de tratamento nas enfermarias e hospitais, e os registros de baixa utilizados como meios subsidiários para esclarecer a situação.

§ 2º Os militares julgados incapazes por um dos motivos constantes do item V deste artigo somente poderão ser reformados após a homologação, por Junta Superior de Saúde, da inspeção de saúde que concluiu pela incapacidade definitiva, obedecida à regulamentação específica de cada Força Singular.

Art. 109. **O militar da ativa julgado incapaz definitivamente** por um dos motivos constantes dos itens **I, II, III, IV e V** do artigo anterior **será reformado com qualquer tempo de serviço.**

Art. 110. O militar da ativa ou da reserva remunerada, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos incisos I e II do art. 108, será reformado com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir ou que possuía na ativa, respectivamente.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nos itens **III, IV e V** do artigo 108, quando, **verificada a incapacidade definitiva, FOR O MILITAR CONSIDERADO INVÁLIDO**, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

Art. 111. **O militar da ativa julgado incapaz definitivamente** por um dos motivos constantes do item **VI do artigo 108** será reformado:

I - com **REMUNERAÇÃO proporcional** ao tempo de serviço, **SE OFICIAL ou PRAÇA COM ESTABILIDADE ASSEGURADA;** e

Superior Tribunal de Justiça

II - com **REMUNERAÇÃO** calculada com base no **soldo integral** do posto ou graduação, desde que, com qualquer tempo de serviço, seja **CONSIDERADO INVÁLIDO**, isto é, impossibilitado **TOTAL e PERMANENTEMENTE** para qualquer trabalho.

Como se denota do referido artigo 106, II, entre as hipóteses enumeradas, a reforma *ex officio* é aplicada ao militar que *for julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das Forças Armadas* (artigo 106, II).

Já o artigo 108 do referido diploma legal prevê, em seus incisos, várias situações causais das quais podem sobrevir alguma incapacidade definitiva: *"I - ferimento em campanha; II - enfermidade em campanha; III - Acidente em serviço; IV - doença/moléstia ou enfermidade em tempo de paz, COM RELAÇÃO de causa e efeito a condições inerentes ao serviço; V - tuberculose ativa, e VI - acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, SEM RELAÇÃO DE CAUSA e efeito com o serviço"*.

Por sua vez, o artigo 111, ao tratar da remuneração, estabelece que *o militar da ativa julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item VI do artigo 108 (acidente/doença sem nexo de causalidade)* será reformado:

I - com remuneração proporcional ao tempo de serviço, *se oficial ou praça com estabilidade assegurada*";

II - com **REMUNERAÇÃO** calculada com base no **soldo integral** do posto ou graduação, desde que, com qualquer tempo de serviço, seja **CONSIDERADO INVÁLIDO**, isto é, impossibilitado **TOTAL e PERMANENTEMENTE** para qualquer trabalho.

Assim, é possível constatar, com base no inciso I do artigo 111, que o militar temporário sem estabilidade, acometido de acidente/doença que o torna incapaz apenas para o serviço das Forças Armadas, não tem direito à reforma, visto que o referido inciso limitou apenas ao Oficial ou Praça com estabilidade.

Em abono ao que foi aduzido, Diógenes Gomes Vieira leciona que *"[d]a leitura do inc. I deste artigo, observa-se que a Praça não estabilizada não perceberá quaisquer*

proventos quando sua incapacidade definitiva for somente para o serviço militar, pois o inc. VI do art. 108 não foi incluído no art. 109 da Lei n. 6.880/80. Ao contrário, porém, ocorre quando a Praça, mesmo não estabilizada, é considerada inválida, ou seja, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, e neste caso, conforme previsão contida no inc. II, a reforma será com proventos integrais equivalentes à respectiva graduação". (Comentários ao Estatuto dos Militares, Lei n. 6.880/80, Parte Especial, Ed. Juruá, 2013, págs. 543-546, grifei).

Impende registrar que a matéria já foi, sucessivas vezes, objeto de apreciação por ambas as Turmas do Direito Público do STJ no sentido de que, para a reforma de militar temporário (**não estável**), é exigida a comprovação do nexo de causalidade entre a enfermidade/acidente e a atividade castrense ou a demonstração de que seja considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanente para qualquer trabalho, interpretando o inciso II do art. 111 da Lei n. 6.880/1980, conforme se colhe da leitura dos seguintes arestos (grifo nosso):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. DIREITO À REFORMA. COLUNA BÍFIDA. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO/ENFERMIDADE E O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE MILITAR. INEXISTÊNCIA. INCAPACIDADE PARA ATIVIDADE LABORAL NA VIDA CIVIL. INOCORRÊNCIA. REVALORAÇÃO JURÍDICA. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Em se tratando de militar não estável, para a reforma, ou é exigida a comprovação de causa e efeito da enfermidade ou acidente com a atividade castrense ou se exige a incapacidade para toda e qualquer atividade laboral na vida civil.

2. In casu, **ainda que o autor tenha manifestado a aludida lesão/enfermidade durante período em que estava vinculado às Forças Armadas, o mal não lhe ocasionou incapacidade (temporária ou definitiva) para o exercício de suas atividades, tampouco foi comprovado que a alegada moléstia deveu-se à prestação do serviço militar. Não há, portanto, ilegalidade no ato que desincorporou o autor.**

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1510095/CE, REL. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/4/2015)

ADMINISTRATIVO. MILITAR. TEMPORÁRIO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA TODA E QUALQUER ATIVIDADE OU DE NEXO DE CAUSALIDADE COM O SERVIÇO MILITAR. INEXISTÊNCIA DO DIREITO À REFORMA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. PREJUDICIALIDADE.

2. Ademais, ainda que ultrapassado o conhecimento do recurso, **a pretensão do**

agravante não encontra acolhida nesta Corte, que sedimentou o entendimento no sentido de que o militar temporário somente será reformado nos casos de impossibilidade total e permanente para qualquer trabalho, nos termos do art. 111, II, da Lei n. 6.880/80. Precedentes: REsp 1.328.915/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 10/04/2013; AgRg no REsp 1.510.095/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/04/2015; AgRg no AREsp 581.764/MS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 14/11/2014; AgRg no AREsp 504.942/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 16/09/2014. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 833.930/PE, REL. MINISTRO HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 08/3/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. INCAPACIDADE APENAS PARA O SERVIÇO MILITAR. REFORMA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ.

1. **Em se tratando de militar não estável, para a reforma, ou é exigida a comprovação de causa e efeito da enfermidade ou acidente com a atividade castrense ou se exige a incapacidade para toda e qualquer atividade laboral na vida civil.** (AgRg no REsp 1510095/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/04/2015);
2. No caso dos autos, ainda que o autor tenha sido acometido pela enfermidade durante o período em que estava vinculado às Forças Armadas, o mal não lhe ocasionou incapacidade definitiva para a vida civil, tampouco restou comprovado que a moléstia decorreu da prestação do serviço militar.
3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1331404/RS, Rel. MINISTRO SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 14/9/2015)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REFORMA. MILITAR. CABIMENTO. INCAPACIDADE PARA ATIVIDADE MILITAR. NEXO DE CAUSALIDADE. EXISTÊNCIA.

1. Esta Corte de Justiça possui entendimento firmado de que, **em se tratando de reforma de militar não estável, a incapacidade para toda e qualquer atividade laboral na vida civil somente é exigida quando não há comprovação de causa e efeito da enfermidade ou do acidente com a atividade castrense.** Caso existente aludido nexo de causalidade, defere-se a reforma, bastando a prova da inaptidão para a vida militar.
3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1384817/RS, Rel. MINISTRO OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/10/2014)

Assim, o militar temporário para fazer jus à reforma deverá ou comprovar o nexo de causalidade entre o acidente/enfermidade com o serviço castrense ou demonstrar que está inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho (AgRg no REsp n. 1.324.003/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 4/11/2015).

Superior Tribunal de Justiça

Desta feita, **acompanho a divergência** inaugurada pelo MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, provendo os embargos de divergência para que prevaleça o entendimento da Segunda Turma (acórdão paradigma).

No entanto, pedindo vênia ao Ministro Mauro Campbell Marques, **não vislumbro a necessidade de retorno dos autos à origem**. Vejamos.

Por primeiro, ressalto que "[a] *simples reavaliação dos critérios jurídicos utilizados pelo Tribunal de origem na apreciação dos fatos incontroversos não encontra óbice na Súmula 7/STJ.*" (AgRg no REsp 1.510.095/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/4/2015). No mesmo sentido: AgRg no REsp 1.248.331/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 21/9/2011.

Por segundo, consigno que é sabido que a finalidade dos embargos de divergência "*é propiciar a uniformização da jurisprudência interna do tribunal quanto à interpretação do direito em tese*" (Barbosa Moreira, Comentários ao Código de Processo Civil, 13ª ed., Forense, 2006, v. V.), não cabendo "*a análise de possível acerto ou desacerto do acórdão embargado*" (EDcl nos EAREsp 761.274/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 6/5/2016).

Nesse passo, importa considerar, que o perito do Juízo na área de oftalmologia foi categórico ao concluir que "*não há relação de causa e efeito entre o acidente sofrido e as condições mórbidas atuais. Não há vertígio anatômico ou funcionais de acidente sofrido*" (e-STJ fl. 32, grifei) e que a "*lesão cicatricial*" tem "*provável origem toxoplasmose*" (e-STJ fl. 114, grifei). O autor, por sua vez, não contestou o referido laudo (**certidão de fl. 120**).

Portanto, as instâncias ordinárias (e-STJ **fl. 139** - sentença, **fl. 162** - acórdão - voto-vencido), com base nas conclusões do laudo elaborado por Perito Judicial especialista na área da Oftalmologia, expressamente firmaram convicção no sentido de que a incapacidade do autor (militar temporário sem estabilidade) não acarretou prejuízo para outras atividades da vida

civil.

Ante o exposto, pedindo vênia ao Ministro Og Fernandes, **acompanho a divergência inaugurada pelo Ministro Mauro Campbell Marques para prover os Embargos de Divergência.**

No entanto, entendo pela não necessidade de retorno dos autos à Corte de origem, pois, conforme já consignado, as instâncias ordinárias expressamente firmaram convicção no sentido de que a incapacidade do autor (militar temporário sem estabilidade) não acarretou prejuízo para outras atividades da vida civil.

É o voto.



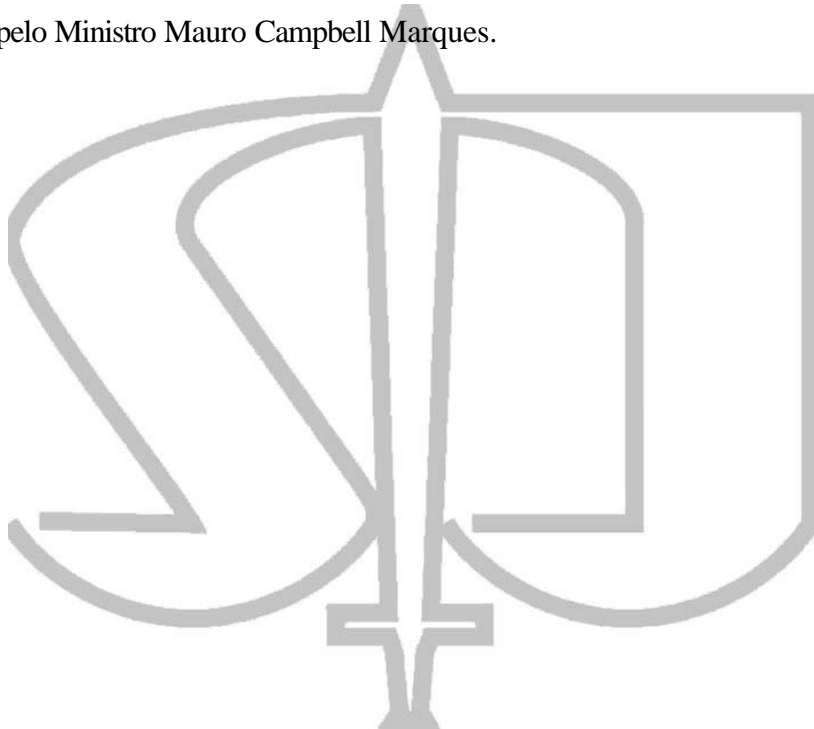
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.123.371 - RS (2009/0027380-0)

VOTO-VOGAL

O SR. MINISTRO RAUL ARAÚJO: Senhora Presidente, é caso de militar temporário envolvido com tema de previdência.

Há a necessidade de que a doença esteja relacionada com a atividade do militar para que ele faça jus ao benefício previdenciário.

Então, com a devida vênia do ilustre Ministro Relator, acompanho a divergência inaugurada pelo Ministro Mauro Campbell Marques.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

PROCESSO ELETRÔNICO

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 19/10/2016

JULGADO: 24/10/2016

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra LAURITA VAZ

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

Secretária

Bela. VÂNIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCIE OUTRO(S) - RS030626

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Benedito Gonçalves conhecendo dos embargos de divergência e dando-lhes provimento, no que foi acompanhado pelo voto do Sr. Ministro Raul Araújo, pediu vista o Sr. Ministro Felix Fischer.

Aguardam os Srs. Ministros Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho e Jorge Mussi.

Não participou do julgamento a Sra. Ministra Nancy Andrichi.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Francisco Falcão e João Otávio de Noronha.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

PROCESSO ELETRÔNICO

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 15/02/2017

JULGADO: 15/02/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra LAURITA VAZ

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. WAGNER NATAL BATISTA

Secretária

Bela. VÂNIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCIE OUTRO(S) - RS030626

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado o julgamento.

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.123.371 - RS (2009/0027380-0)

VOTO-VISTA

O EXMO. SR. MINISTRO FELIX FISCHER: Trata-se de recurso de embargos de divergência interposto pela UNIÃO em face de acórdão proferido pela **Quinta Turma**, sustentando o Embargante existir disparidade com acórdãos proferidos pela **Segunda Turma**.

O em. Ministro Relator, **Og Fernandes**, conheceu do recurso e no mérito negou-lhe provimento lastreado em julgamento proferido pela **Corte Especial** no julgamento do AgRg nos EREsp n. 1.095.870/RJ.

Em voto-vista, o em. Ministro **Mauro Campbell Marques** iniciou a divergência, dando-se provimento ao recurso para prevalecer o entendimento dos paradigmas, no que foi acompanhado pelo em. Ministro **Luis Felipe Salomão**.

O em. Ministro **Benedito Gonçalves** pediu vista dos autos e apresentou voto acompanhando a divergência, registrando sua posição sobre a não necessidade de retorno dos autos à Corte de origem.

A divergência foi acompanhada pelo em. Ministro **Raul Araújo**.

Para melhor analisar os autos, pedi vista.

É o relatório.

A matéria apresentada nos presentes embargos de divergência consiste, em breve síntese, em verificar a **existência do direito de reforma de militar temporário incapacitado para o serviço castrense em virtude de "acidente ou doença, moléstia ou enfermidade"** (art. 108, inciso VI, Lei 6.880/80), **ainda que inexistente o nexó com o labor**.

Observando a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, noto que há efetivamente controvérsia sobre a **quaestio**, muito bem delineada no recurso que ora se verifica, merecedora do efusivo debate e laboriosos votos apresentados.

Embora tenha proferido voto quando do julgamento do recurso que deu origem

Superior Tribunal de Justiça

ao acórdão ora objurgado, melhor analisando a matéria no presente recurso, tenho que assiste razão a divergência, com a devida vênia ao em. Ministro Relator.

Inicialmente, convém destacar que o artigo 108 da Lei 6.880/80 prevê, em seus incisos, as hipóteses de incapacidade definitiva, compreendidas:

* Incisos I, II, III e IV - causas diretamente relacionadas com a atividade militar;

* Inciso V - rol de patologias consideradas graves pelo legislador;

* Inciso VI - *"acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço"*.

As incapacidades definitivas enumeradas nos incisos I a V serão causas automáticas de reforma, independentemente de tempo de serviço, consoante dispõe o artigo 109 da Lei.

Por sua vez, o artigo 111 regulamenta a matéria de incapacidade definitiva prevista no inciso VI, tratando de maneira diversificada o militar com estabilidade e o militar temporário para fins de reforma.

Nessa toada, será considerado incapaz definitivamente, para fins de reforma, **o oficial ou praça estável**, ao qual será devida remuneração proporcional ao tempo de serviço (inciso I, art. 111, Lei 6.880/80).

Por outro lado, é assegurado ao militar (estável ou temporário) a integralidade do soldo do posto ou graduação, **desde que seja declarado inválido**, *"isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho."* (inciso II, art. 11, Lei 6.880/80).

A meu ver, a leitura do inciso I do artigo 111 conduz que, somente o militar estável poderá ser reformado em virtude de incapacidade definitiva constante do inciso VI do artigo 108.

Ao militar temporário, por sua vez, somente será assegurado tal direito, quando houver invalidez, ou seja, quando o causa atingir o serviço militar e civil (para

qualquer trabalho).

Não é demais ressaltar que, se ficar comprovado o nexo de causalidade entre a patologia e serviço, a regra aplicável se encontra insculpida no artigo 109 da Lei, ou seja, irá abarcar tanto o militar estável, quanto o temporário.

In casu, conforme muito bem exposto no voto divergente do em. Ministro **Mauro Campbell Marques**, bem como no voto-vista do em. Ministro **Benedito Gonçalves**, o Militar era temporário e há prova nos autos de que inexistia relação entre a moléstia incapacitante e o serviço militar, conforme se extrai da sentença de folhas 137-140.

Desse modo, aplica-se a regra contida no artigo 111 da Lei, melhor interpretada nos acórdãos paradigmas, com o devido respeito aos entendimentos contrários.

Para ilustrar, colaciono abaixo alguns precedentes nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MILITAR TEMPORÁRIO. REFORMA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INCAPACIDADE TOTAL E DEFINITIVA PARA QUALQUER TRABALHO E DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A ENFERMIDADE E O SERVIÇO CASTRENSE. REVISÃO. NECESSÁRIO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1.Tendo o Tribunal de origem, com base no conjunto fático-probatório produzido ao longo da instrução processual, assentado que não restou comprovada a incapacidade total e permanente do agravante, seja para o serviço militar, seja para as demais atividades civis, bem como que não restou comprovado que a moléstia que o acomete teria relação de causa e efeito com o serviço militar, infirmar os fundamentos do acórdão recorrido pressupõe o reexame do conjunto fático-probatório do feito, o que é vedado na via do recurso especial, por força da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo regimental não provido" (AgRg nos EDcl no AREsp n. 751.035/RJ, **Segunda Turma**, Rel. Min. **Mauro Campbell Marques**, DJe de 13/11/2015).

"ADMINISTRATIVO. MILITAR. TEMPORÁRIO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA TODA E QUALQUER ATIVIDADE OU DE NEXO DE CAUSALIDADE COM

O SERVIÇO MILITAR. INEXISTÊNCIA DO DIREITO À REFORMA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. PREJUDICIALIDADE.

[...]

2. Ademais, ainda que ultrapassado o conhecimento do recurso, a pretensão do agravante não encontra acolhida nesta Corte, que sedimentou o entendimento no sentido de que o militar temporário somente será reformado nos casos de impossibilidade total e permanente para qualquer trabalho, nos termos do art. 111, II, da Lei n. 6.880/80. Precedentes: REsp 1.328.915/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2013, DJe 10/04/2013; AgRg no REsp 1.510.095/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 14/04/2015; AgRg no AREsp 581.764/MS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 14/11/2014; AgRg no AREsp 504.942/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 16/09/2014.

[...]

Agravo regimental improvido" (AgRg no AREsp n. 833.930/PE, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 8/3/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. REFORMA. INCAPACIDADE. DANOS MORAIS. PRELIMINAR FORMAL DE REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARTIGO 543-A, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL C.C. ART. 327, § 1º, DO RISTF. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CF/88. INEXISTÊNCIA.

1. A repercussão geral como novel requisito constitucional de admissibilidade do recurso extraordinário demanda que o reclamante demonstre, fundamentadamente, que a indignação extrema encarta questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos da causa (artigo 543-A, § 2º, do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei n. 11.418/06, verbis: "O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência de repercussão geral").

2. O recorrente deve demonstrar a existência de repercussão geral nos termos previstos em lei. Nesse sentido, AI 731.924/PR, Rel. Min. Cármen Lúcia, e AI 812.378-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso, Plenário.

3. In casu, o acórdão extraordinariamente recorrido

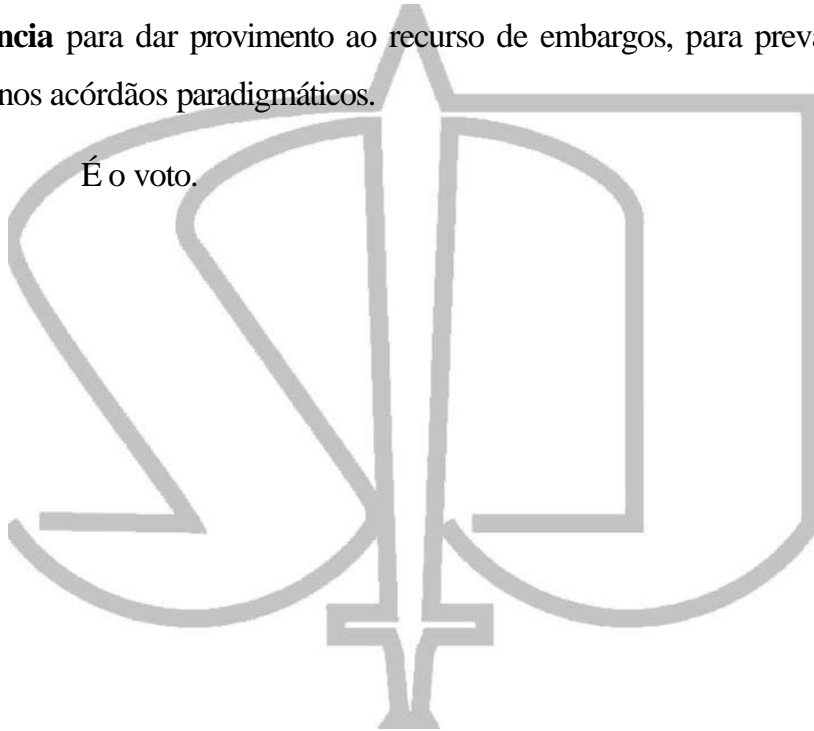
Superior Tribunal de Justiça

assentou: “ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO DOENÇA SEM RELAÇÃO COM O SERVIÇO - INVALIDEZ NÃO COMPROVADA - REFORMA – IMPOSSIBILIDADE. São requisitos essenciais para a reforma de militar temporário que teve eclosão de doença sem relação com a prestação de serviço militar que a moléstia seja contemporânea à caserna e tenha lhe deixado inválido.”

4. Agravo regimental DESPROVIDO” (AgRg no ARE n. 805.369/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 20/8/2014).

Ante o exposto, peço vênia ao em. Ministro Relator e **acompanho a divergência** para dar provimento ao recurso de embargos, para prevalecer o entendimento firmado nos acórdãos paradigmáticos.

É o voto.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

**PROCESSO ELETRÔNICO EREsp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 15/03/2017

JULGADO: 15/03/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra LAURITA VAZ

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. WAGNER NATAL BATISTA

Secretária

Bela. VÂNIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCIE OUTRO(S) - RS030626

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Felix Fischer acompanhando a divergência e o voto da Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura acompanhando o voto do Sr. Ministro Relator, pediu vista o Sr. Ministro Herman Benjamin.

Aguardam os Srs. Ministros Humberto Martins, Napoleão Nunes Maia Filho e Jorge Mussi.

Não participou do julgamento o Sr. Ministro João Otávio de Noronha.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Nancy Andrighi e Humberto Martins.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

PROCESSO ELETRÔNICO

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 21/06/2017

JULGADO: 21/06/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra LAURITA VAZ

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

Secretária

Bela. VANIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCI E OUTRO(S) - RS030626

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado o julgamento.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

PROCESSO ELETRÔNICO

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 02/08/2017

JULGADO: 02/08/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro FRANCISCO FALCÃO

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

Secretária

Bela. VÂNIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCIE OUTRO(S) - RS030626

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado o julgamento para a próxima sessão por indicação do Sr. Ministro Herman Benjamin.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

PROCESSO ELETRÔNICO

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 06/09/2017

JULGADO: 06/09/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra LAURITA VAZ

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

Secretária

Bela. VÂNIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCI E OUTRO(S) - RS030626

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado o julgamento.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

PROCESSO ELETRÔNICO

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 20/09/2017

JULGADO: 20/09/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra LAURITA VAZ

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

Secretária

Bela. VÂNIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCI E OUTRO(S) - RS030626

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado o julgamento.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

PROCESSO ELETRÔNICO

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 20/11/2017

JULGADO: 20/11/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **HUMBERTO MARTINS**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **LUCIANO MARIZ MAIA**

Secretária

Bela. **VÂNIA MARIA SOARES ROCHA**

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : **UNIÃO**

EMBARGADO : **CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO**

ADVOGADO : **OLGI ZAUZA KREJCI E OUTRO(S) - RS030626**

**ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma**

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado o julgamento.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

PROCESSO ELETRÔNICO

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 06/12/2017

JULGADO: 06/12/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **LAURITA VAZ**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **LUCIANO MARIZ MAIA**

Secretária

Bela. **VANIA MARIA SOARES ROCHA**

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCIE OUTRO(S) - RS030626

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado o julgamento.

Brasília, 06 de dezembro de 2017

VANIA MARIA SOARES ROCHA
Secretária

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

PROCESSO ELETRÔNICO

**EResp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 06/12/2017

JULGADO: 19/12/2017

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra LAURITA VAZ

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. LUCIANO MARIZ MAIA

Secretária

Bela. VÂNIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGIZAUZA KREJCIE OUTRO(S) - RS030626

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Retirado de Pauta.

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.123.371 - RS (2009/0027380-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES

EMBARGANTE : UNIÃO

EMBARGADO : CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO

ADVOGADO : OLGÍ ZAUZA KREJCI E OUTRO(S) - RS030626

VOTO-VISTA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. TEMPORÁRIO. NÃO ESTÁVEL. TOXOPLASMOSE E LESÃO SEVERA MONOCULAR. INCAPACIDADE APENAS PARA AS ATIVIDADES MILITARES. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A MOLÉSTIA E O SERVIÇO MILITAR. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À REFORMA. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. Trata-se de Embargos de Divergência interpostos contra acórdão da e. Quinta Turma do STJ, que entendeu pela possibilidade de concessão de reforma a militar temporário, incapacitado somente para as atividades castrenses, em razão de doença/acidente sem relação de causa e efeito com a atividade militar.

2. Opostos os presentes Embargos de Divergência pela União, a questão foi originariamente analisada pelo e. Relator do presente processo, tendo decidido pelo seu conhecimento. Contudo, negou-se-lhes provimento, concluindo-se que o militar de carreira ou temporário que, por motivo de doença ou acidente em serviço, tornou-se definitivamente incapacitado para o serviço ativo das Forças Armadas faz jus à reforma, independentemente de haver nexo causal entre a moléstia e o serviço castrense.

3. Os acórdãos paradigmas da Segunda Turma do STJ entendem que, em se tratando de incapacidade definitiva somente para o serviço militar em consequência de doença/acidente sem relação de causa e efeito com essa atividade, no caso do militar temporário a reforma dar-se-á apenas se impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho (art. 111, II, da Lei n. 6.880/1980). (EDcl no AgRg no REsp 1.420.113/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 26/3/2014, e REsp 1.328.915/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/4/2013).

4. É incontroverso nos autos que se trata de incapacidade definitiva somente para o serviço militar em consequência de acidente sem relação de causa e efeito com essa atividade, nos termos do art. 108, VI, da Lei 6.880/1980. Nessas circunstâncias, não há falar em reforma, uma vez que o inciso I do art. 111 da Lei 6.880/1980 só a possibilita a oficial ou praça com estabilidade assegurada.

5. Para que seja cabível a reforma de militar temporário incapacitado apenas para as atividades militares, o fato incapacitante (doença/acidente) deverá ter relação de causa e efeito com essas atividades.

6. Insta fazer constar que o Tribunal *a quo*, às fls. 162-163, consignou que “a moléstia incapacitante não apresenta nexo causal com o serviço militar”. Dessa feita, entende-se que não se verifica a necessidade de retorno dos autos para apreciação desse ponto, que já foi fixado pela Corte de origem.

Superior Tribunal de Justiça

7. Voto-vista no sentido de, respeitosamente, divergir do entendimento do e. Relator, Ministro Og Fernandes, sempre brilhante em suas manifestações, para dar provimento aos Embargos de Divergência.

O EXMO. SR. MINISTRO HERMAN BENJAMIN: Trata-se de Embargos de Divergência (art. 266 do RISTJ) interpostos pela União contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça cuja ementa é a seguinte:

AGRAVOS REGIMENTAIS NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR. MOLÉSTIA GRAVE. TOXOPLASMOSE E LESÃO SEVERA MONOCULAR. INCAPACIDADE PARA AS ATIVIDADES CASTRENSES. REFORMA EX OFFICIO NO MESMO GRAU QUE OCUPAVA NA ATIVA. JUROS DE MORA. FIXAÇÃO DE PERCENTUAL. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/1997. INCIDÊNCIA IMEDIATA. AÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001. IRRELEVÂNCIA. SUPERVENIÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.960/2009.

Em agravo regimental anteriormente interposto contra decisão que deu provimento parcial a recurso especial, mediante juízo de reconsideração, concluiu-se que a reforma deve se dar no mesmo grau hierárquico que o militar ocupava na ativa.

Ademais, aplicou-se o entendimento fixado no julgamento do Recurso Especial Repetitivo no 1.205.946/SP, de que o art. 1º-F, da Lei 9.494/97, modificada pela Medida Provisória 2.180-35/2001 e, posteriormente pelo art. 5º da Lei nº 11.960/09, tem natureza instrumental, devendo ser aplicado aos processos em tramitação.

Decisão reconsiderada que deve ser mantida, por estar de acordo com jurisprudencial atual.

3. Agravos regimentais a que se negam provimento.

Em suas razões, a embargante sustenta, em síntese, que o entendimento adotado pela Quinta Turma do STJ no acórdão embargado, que reconheceu “que o direito à reforma/reintegração ao militar, ainda que temporário, mesmo demonstrada a sua incapacidade somente para o serviço castrense, prescinde da demonstração do nexo de causalidade entre a moléstia/acidente e a prestação do serviço”, teria divergido da orientação adotada pela Segunda Turma do STJ no REsp 1.328.915/RS e no Edcl no AgRg no REsp 1.420.113/RS, no sentido de que “o militar temporário não faz jus à reforma no caso de doença e/ou acidente sem relação de causa e efeito com o serviço militar e incapacidade definitiva apenas em relação à atividade castrense”. Requer o acolhimento dos presentes Embargos para reformar o

Superior Tribunal de Justiça

acórdão atacado.

Decisão de admissibilidade dos Embargos de Divergência (fl. 428).

Impugnação aos Embargos (fls. 433-435).

Parecer do Ministério Público pelo não provimento dos Embargos de Divergência (fls. 441-446).

O Relator, Ministro Og Fernandes, proferiu voto no sentido de conhecer dos Embargos de Divergência, para lhe negar provimento ao fundamento de que o militar temporário faz jus à reforma, independentemente do nexo de causalidade entre o acidente e as atividades do serviço militar. Eis a ementa:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. TOXOPLASMOSE E LESÃO SEVERAS MONOCULAR. INCAPACIDADE PARA AS ATIVIDADES CASTRENSES. REFORMA NO CASO DE DOENÇA SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR E INCAPACIDADE DEFINITIVA APENAS EM RELAÇÃO À ATIVIDADE CASTRENSE. PRECEDENTE. CORTE ESPECIAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de Embargos de Divergência interpostos contra acórdão em que se discute a possibilidade de concessão de reforma a militar temporário, incapacitado somente para as atividades castrenses, em razão de doença/acidente sem relação de causa e efeito com a atividade militar.

2. O acórdão recorrido, oriundo da E. Quinta Turma, reconheceu o direito à reforma/reintegração ao militar, ainda que temporário, uma vez demonstrada a sua incapacidade, somente, para o serviço castrense, independentemente da demonstração do nexo de causalidade entre a moléstia sofrida e a prestação do serviço militar.

3. Por outro lado, os acórdãos apontados como paradigmas, oriundos da E. Segunda Turma, entenderam que, em se tratando de incapacidade definitiva somente para o serviço militar em consequência de doença/acidente sem relação de causa e efeito com essa atividade, no caso do militar temporário, a reforma dar-se-á apenas se impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho (art. 111, II, da Lei n. 6.880/80).

4. A jurisprudência desta Corte Especial se sedimentou no sentido de que o militar temporário ou de carreira que, por motivo de doença ou acidente em serviço, tornou-se definitivamente incapacitado para o serviço ativo das Formas Armadas faz jus à reforma, sendo desnecessária a exigência do nexo causal entre a moléstia e o serviço castrense (AgRg nos ERESP n. 1.095.87/RJ, Corte Especial, j. 18/11/2015).

5. Embargos de Divergência a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Prosseguindo no julgamento, o **Ministro Mauro Campbell Marques**, inaugurando a divergência, firma posição de que o militar temporário para fazer jus à reforma ou deve comprovar o nexo de causalidade entre a enfermidade/acidente e o serviço castrense ou demonstrar estar inválido para todo e qualquer trabalho, interpretando os artigos 104, 106, 109, 110 e 111 da Lei 6.880/1980. Em seu voto, contudo, Sua Excelência reforma o acórdão embargado para determinar "o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que examine a existência do nexo de causalidade entre a moléstia e o serviço militar, como pressuposto para a concessão do direito à reforma *ex officio*". Ele foi acompanhado pelos Ministros **Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Felix Fischer**.

O em. Ministro **Benedito Gonçalves** pediu vista dos autos e apresentou voto acompanhando a divergência, registrando sua posição sobre a desnecessidade de retorno dos autos à Corte de origem.

A Ministra **Maria Thereza** acompanhou o relator.

Este subscritor pede vista dos autos ante a relevância da matéria.

Recebimento de Memoriais.

Petições de complementação das Contrarrazões às fls. 568-571.

Petições às fls. 575 e 578-579.

É o **relatório**.

Passa-se ao **voto**.

Cuida-se de Embargos de Divergência interpostos contra acórdão que entendeu pela possibilidade de concessão de reforma a militar temporário que, em razão de doença/acidente sem relação de causa e efeito com a atividade castrense, ficou incapacitado somente para as atividades militares.

Discute-se, portanto, acerca da necessidade ou não de demonstrar nexo de causalidade entre a moléstia/doença e o serviço castrense do militar temporário acometido de moléstia incapacitante apenas para o serviço militar, a fim de fazer jus à reforma *ex officio*.

Importante, antes de adentrar a discussão do feito, traçar breve lista de prolegômenos. Os presentes Embargos de Divergência combatem o acórdão da Quinta Turma

Superior Tribunal de Justiça

do Superior Tribunal de Justiça, fls. 365-373, que, por unanimidade, negou provimento aos Agravos Internos interpostos pelas partes contra a decisão de fls. 316-322, a qual deu parcial provimento a Recurso Especial em maior extensão, mediante juízo de reconsideração proferido em Agravo Interno anterior.

Assim, interpostos os presentes Embargos de Divergência pela União, a questão foi originariamente analisada pelo e. Relator do presente processo, tendo decidido pelo seu conhecimento. Contudo, negou-lhes provimento, concluindo que o militar de carreira ou temporário que, por motivo de doença ou acidente em serviço, tornou-se definitivamente incapacitado para o serviço ativo das Forças Armadas faz jus à reforma, independentemente de haver nexo causal entre a moléstia e o serviço castrense.

Nesse contexto, com a devida vênia, discorda-se do voto do Ministro Relator, entendendo-se que a pretensão da parte embargante deve ser acolhida.

Nesse diapasão, importante resgatar a legislação que disciplina a matéria. Assim, a Lei 6.880/1980, ao tratar da possibilidade de reforma dos militares das Forças Armadas, estabelece:

Art. 104. A passagem do militar à situação de inatividade, mediante reforma, se efetua:

- I - a pedido; e
 - II - *ex officio*.**
- [...]

Art. 106. A reforma *ex officio* será aplicada ao militar que:

[...]

- II - for julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das Forças Armadas;**
- [...]

Art. 108. A incapacidade definitiva pode sobrevir em consequência de:

- I - **ferimento** recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública;
- II - **enfermidade** contraída em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade cuja causa eficiente decorra de uma dessas situações;
- III - **Acidente em serviço;**
- IV - **doença**, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, **com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço;**
- V - **tuberculose ativa**, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, pênfigo, espondiloartrose anquilosante, nefropatia

grave e outras moléstias que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada; e

VI - acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, **sem relação de causa e efeito com o serviço**.

§ 1º Os casos de que tratam os itens **I, II, III e IV serão provados** por atestado de origem, inquérito sanitário de origem ou ficha de evacuação, sendo os termos do acidente, baixa ao hospital, papeteleta de tratamento nas enfermarias e hospitais, e os registros de baixa utilizados como meios subsidiários para esclarecer a situação.

§ 2º Os militares julgados incapazes por um dos motivos constantes do item V deste artigo somente poderão ser reformados após a homologação, por Junta Superior de Saúde, da inspeção de saúde que concluiu pela incapacidade definitiva, obedecida à regulamentação específica de cada Força Singular.

Art. 109. **O militar da ativa julgado incapaz definitivamente** por um dos motivos constantes dos itens **I, II, III, IV e V** do artigo anterior **será reformado com qualquer tempo de serviço**.

Art. 110. O militar da ativa ou da reserva remunerada, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos incisos I e II do art. 108, será reformado com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir ou que possuía na ativa, respectivamente.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nos itens **III, IV e V** do artigo 108, quando, **verificada a incapacidade definitiva, For o militar considerado inválido**, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

Art. 111. **O militar da ativa julgado incapaz definitivamente** por um dos motivos constantes do item **VI do artigo 108** será reformado:

I - com **remuneração proporcional ao tempo de serviço, se oficial ou praça com estabilidade assegurada**; e

II - com **remuneração calculada com base no soldo integral do posto ou graduação, desde que, com qualquer tempo de serviço, seja considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho**.

Da legislação supratranscrita, obtemperem-se do artigo 106, II, que, entre as hipóteses enumeradas, a *reforma ex officio* é aplicada ao militar que *for julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das Forças Armadas* (artigo 106, II).

Já o artigo 108 prevê várias situações das quais pode sobrevir alguma incapacidade definitiva: *"I - ferimento em campanha; II - enfermidade em campanha; III - Acidente em serviço; IV - doença/moléstia ou enfermidade em tempo de paz, Com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço; V - tuberculose ativa, e VI -*

Superior Tribunal de Justiça

acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço".

Segundo dispõe o artigo 109, as incapacidades definitivas enumeradas nos incisos I a V serão causas automáticas de reforma, independentemente de tempo de serviço.

Conforme o inciso I do art. 111 do Estatuto dos Militares, "O militar da ativa julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item VI do artigo 108 será reformado (...) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, se oficial ou praça com estabilidade assegurada", o que não é o caso do militar **temporário – o qual é reformado apenas se impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho** (serviço do Exército ou demais atividades laborativas civis) (art. 111, II, da Lei 6.880).

É incontroverso nos autos que se trata de incapacidade definitiva somente para o serviço militar em consequência de acidente sem relação de causa e efeito com essa atividade, nos termos do art. 108, VI, da Lei 6.880/80. Nessas circunstâncias, não há falar em reforma, uma vez que o inciso I do art. 111 da Lei 6.880/80 só a possibilita a oficial ou praça com estabilidade assegurada.

Consoante acórdãos paradigmas proferidos pela Segunda Turma do STJ no REsp 1.328.915/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 10/04/2013, e no EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL 1.420.113 - RS (2013/0387905-7), REL. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 26/03/2014), **firmou-se o entendimento de que o militar temporário não faz jus à reforma no caso de doença e/ou acidente sem relação de causa e efeito com o serviço militar e incapacidade definitiva apenas em relação à atividade castrense.**

Trazem-se à baila os acórdãos do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA QUANTO AO FUNDAMENTO DO RECURSO ESPECIAL DE QUE O MILITAR TEMPORÁRIO NÃO FAZ JUS À REFORMA NO CASO DE DOENÇA SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR E INCAPACIDADE DEFINITIVA APENAS EM RELAÇÃO À ATIVIDADE CASTRENSE. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL NO PONTO.

1. Com razão a União quanto à omissão apontada, uma vez que

houve exame do recurso especial quanto ao tema da possibilidade de reintegração como adido para fins de tratamento médico, mas não em relação ao fundamento principal, segundo o qual o autor não fará jus à reforma no caso de incapacidade definitiva.

2. Merece reparos o acórdão regional quanto ao fundamento de que o autor deve ser reformado se verificada a impossibilidade de cura, uma vez que não há controvérsias de que a doença ("Episódio depressivo moderado") não tem relação de causa e efeito com o serviço militar; a incapacidade está limitada ao serviço castrense; e o autor não era oficial ou praça com estabilidade assegurada ao tempo do licenciamento, nos termos dos arts. 108, VI, e 111, I, da Lei 6.880/80. No mesmo sentido já decidiu a Segunda Turma em caso análogo (REsp 1.328.915/RS, de minha relatoria, DJe 10/04/2013).

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes.

(EDcl no AgRg no REsp 1.420.113/RS, Re. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe: 26/3/2014)

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. MILITAR. TEMPORÁRIO. ACIDENTE OCORRIDO DURANTE PARTIDA DE FUTEBOL REALIZADA EM INSTALAÇÕES DO EXÉRCITO. FATO SEM RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM O SERVIÇO MILITAR. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À REFORMA POR INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA O SERVIÇO MILITAR.

1. O Tribunal de origem reformou a sentença de improcedência do pedido por entender que a lesão sofrida pelo autor durante partida de futebol realizada em instalações do Exército o torna definitivamente incapaz para o serviço ativo das Forças Armadas, apesar de sua condição de militar temporário; daí o reconhecimento do direito à reforma, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico que ocupava na ativa.

2. Todavia, é incontroverso nos autos que se trata de incapacidade definitiva somente para o serviço militar em consequência de acidente sem relação de causa e efeito com essa atividade, nos termos do art. 108, VI, da Lei 6.880/80; e, por outro lado, conforme o inciso I do art. 111 do Estatuto dos Militares, "O militar da ativa julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item VI do artigo 108 será reformado (...) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, se oficial ou praça com estabilidade assegurada", o que não é o caso do militar temporário - o qual é reformado apenas se impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho (art. 111, II, da Lei 6.880).

3. Recurso especial provido.

(REsp 1.328.915/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 10/4/2013)

Nesse contexto, entende-se, em se tratando de incapacidade definitiva somente para o serviço militar em consequência de doença/acidente sem relação de causa e efeito com essa atividade, que, no caso do militar temporário, a reforma dar-se-á apenas se

Superior Tribunal de Justiça

impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho (art. 111, II, da Lei 6.880/80).

Logo, quando o acidente ou doença, moléstia ou enfermidade não tiver relação de causa e efeito com o serviço, a Lei faz distinção entre o militar com estabilidade assegurada e o temporário.

Dos acórdãos acima colacionados, pode-se extrair que o militar **temporário** com **incapacidade parcial** (somente para o serviço militar) somente faz jus à reforma se a incapacidade decorrer de **circunstâncias inerentes ao exercício da função**.

Portanto, só os militares estáveis terão direito à reforma, ainda que o resultado do acidente ou moléstia seja meramente incapacitante.

Por conseguinte, é cabível o instituto da desincorporação, nos termos do art. 94 da Lei 6.880/1980 c/c o art. 31 da Lei de Serviço Militar e o art. 140 do seu Regulamento – Decreto 57.654/1966, nos casos em que não há nexo de causalidade entre a moléstia sofrida e a prestação do serviço militar e quando o militar temporário não estável é considerado incapaz somente para as atividades próprias do Exército.

Por derradeiro, insta consignar que o Tribunal *a quo*, às fls. 162-163, determinou que “a moléstia incapacitante não apresenta nexo causal com o serviço militar”. Dessa feita, entende-se que não se verifica a necessidade de retorno dos autos para apreciação desse ponto, que já foi fixado pela Corte de origem.

Ao lume do exposto, pede-se vênua ao Ministro Og. Fernandes, para, respeitosamente, conhecer dos Embargos de Divergência interpostos pela União e dar-se-lhe **provimento**, acompanhando a divergência inaugurada pelo Ministro Mauro Campbell Marques. Seguindo a mesma linha do voto do Ministro Benedito Gonçalves, considera-se dispensável o retorno dos autos à origem.

É o voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2009/0027380-0

**PROCESSO ELETRÔNICO EREsp 1.123.371 /
RS**

Números Origem: 200304010089940 9814025690

PAUTA: 05/09/2018

JULGADO: 19/09/2018

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Relator para Acórdão

Exmo. Sr. Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **FRANCISCO FALCÃO**

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. **MARIA CAETANA CINTRA SANTOS**

Secretária

Bela. **VÂNIA MARIA SOARES ROCHA**

AUTUAÇÃO

EMBARGANTE : **UNIÃO**

EMBARGADO : **CELSO JOSÉ BRAUN RIBEIRO**

ADVOGADO : **OLGI ZAUZA KREJCIE OUTRO(S) - RS030626**

**ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -
Sistema Remuneratório e Benefícios - Reforma**

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Herman Benjamin acompanhando a divergência e os votos do Sr. Ministro Jorge Mussi e da Sra. Ministra Laurita Vaz acompanhando o voto do Sr. Ministro Relator, a Corte Especial, por maioria, conheceu dos embargos de divergência e deu-lhes provimento.

Lavrará o acórdão o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques.

Votaram com o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Felix Fischer e Herman Benjamin. Vencidos os Srs. Ministros Relator, Laurita Vaz, Maria Thereza de Assis Moura e Jorge Mussi.

Não participaram do julgamento o Sr. Ministro João Otávio de Noronha e a Sra. Ministra Nancy Andrichi.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Felix Fischer, Humberto Martins, Napoleão Nunes Maia Filho e Raul Araújo.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Francisco Falcão.